



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2/2021

Sessão ordinária de 25 de junho de 2021

ACTA N.º 2/2021

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, pelas quinze horas, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes e secretariada por Maria do Carmo Nogueira. O Sr. Presidente da Mesa entreviu no início da sessão mas não pode estar presente por motivos de saúde.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Adelino Pereira, Clotilde Barata, Ricardo Gaspar que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros Juvenal Castanheira, Fátima Padez e Leonor Lopes. O Presidentes da Junta de Freguesia de Enxames e Três Povos foram substituídos pelos seus representantes legais, no caso Fátima Oliveirinha e Paulo Silveira. O membro Jean Barroca justificou a sua ausência mas o seu substituto Senhor Rogério Palmeiro, não compareceu na sessão. Faltaram ainda os membros Cristiano Gaspar, Paulo Nobre, Luís Gavinhos e Filipe Gonçalves.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

-----Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)-----

----- Aprovação da ata nº1 (26-02-2021).-----

----- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.-----

----- Votações.-----

-----Período da Ordem do Dia (POD)-----

1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);-----

2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020 e sua correção”, nos termos do disposto na alínea l) do nº2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;-----

3. **Apreciação e votação da Proposta – “Procedimento de Alteração por adaptação do PDM”, nos termos do disposto no nº1 do artº5º. Da Lei nº1/A2020, de 19 de março, na sua atual redação;**-----
4. **Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da delimitação de 48 Áreas de Reabilitação Urbana no Concelho do Fundão”, nos termos do disposto na alínea r) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**-----
5. **Apreciação e votação da Proposta - Processo de expropriação do Cine-Teatro Gardunha – ratificação de despacho e aprovação de informação do contencioso”, nos termos do disposto na alínea k) do nº 2 do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**-----
6. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da adesão do Município do Fundão ao Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia” nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro”;**-----
7. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da Adesão do Município do Fundão à Rede Internacional de Cidades “MAYORS FOR PEACE”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**-----
8. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação final do Regulamento do Projeto Cidade Sem Idade – CSI Fundão”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**-----
9. **Apreciação e votação da Proposta - Aprovação do Projeto do “Regulamento do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**-----
10. **Apreciação e votação da Proposta - Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “2Keep – Fabrico de Produtos Metálicos”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**-----
11. **Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “Encosta do Negral,**

Lda -”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

12. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “PH9.5,Lda. ”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

13. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal - Mariana Ribeiro Marques, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

14. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Micro Life, Biofábrica de Plantas, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

15. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Grunelabs – Laboratório Farmacêutico, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-

16. Apreciação e votação da Proposta - “ Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Quinta do Alardo – Turismo e Lazer, Lda.; nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

17. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de interesse municipal – Labsxd Portugal, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

Documentos para conhecimento:

18. Apreciação da Proposta – Prorrogação do Programa de resposta à Covid 19 – Medidas Excepcionais/2021;-----

19. Designação de um elemento da Assembleia, como representante deste órgão, na Comissão de Acompanhamento da “Candidatura do Município da Guarda a Capital Europeia da Cultura de 2027” -----

Antes de iniciada a sessão e por videoconferência, o Senhor **Presidente da Mesa** saudou todos os membros da Assembleia Municipal e os colegas de mesa, o senhor presidente e vice-presidente da Câmara Municipal e Senhores vereadores. Fez questão de intervir no início desta reunião para apresentar uma justificação e fazer uma proposta. Como justificação, informou que, na sequência da segunda toma da vacina, ocorrida na véspera à tarde, teve e ainda tem reações que o impediram de se deslocar ao Fundão e participar plenamente na Assembleia, como era a sua vontade e por isso, apresenta também um pedido de desculpas

e como seria natural, a reunião realizar-se-ia conduzida pelo 1º Secretário Carlos São Martinho que certamente o faria tão bem ou melhor que ele. Pediu ainda à assembleia que se associasse a um voto de louvor e reconhecimento dirigida ao engenheiro António Guterres pela sua recente nomeação para um segundo mandato como secretário-geral das Nações Unidas. Depois de um primeiro mandato que cumpriu num contexto extraordinariamente difícil e cheio de adversidades, foi agora nomeado por unanimidade dos Estados membros das Nações Unidas para um segundo mandato. Crê que isso chega para dar testemunho da forma exemplar como exerceu o seu cargo. Como se sabe, o engenheiro António Guterres, que foi presidente da Assembleia Municipal do Fundão, é um fundanense de alma e coração. Temos testemunhado em muitas ocasiões essa fortíssima ligação à nossa terra e, por isso, crê que todos nos sentimos honrados com esta nomeação para um dos mais exigentes cargos e responsabilidades a nível mundial. Pede ainda que a assembleia providencie para que seja enviado esse voto de louvor e reconhecimento ao nosso querido amigo engenheiro António Guterres. Convicto de que assim será, agradeceu a adesão a esta proposta e terminou desejando que a reunião decorra num clima de bom trabalho e cooperação, na defesa dos interesses do Fundão, como é apanágio da nossa Assembleia Municipal.

Carlos São Martinho Gomes - Agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que esta assembleia aceita de bom grado a proposta de voto de louvor que aqui nos deixou colocando-o desde logo a votação da assembleia, que a aprovou por unanimidade e aclamação. Continuando, cumprimentou o senhor presidente da Câmara, senhor Vice-Presidente e senhores vereadores e deu início à ordem de trabalhos que decorreria numa modalidade mista, presencial e à distância. De seguida colocou a votação a ata nº 1/2021, que não foi alvo de qualquer observação, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa lembrou os tempos de intervenção que foram concertados na comissão permanente. Assim, o grupo do PSD tem 16 minutos, o grupo parlamentar do Partido Socialista 7 minutos, a C D U 2,5 minutos e o Bloco de Esquerda 1,5 minutos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Cláudia Pereira Depois de cumprimentar todos os presentes, apresentou uma moção relativa à EN 238, que se junta á presente ata como **Anexo 1**.

Luís Lourenço – Cumprimentou todos os presentes e fez uma intervenção que se junta á presente ata como **Anexo 2**.

José Pina. Começou por saudar toda a Assembleia Municipal e outros os órgãos do município, o senhor presidente da Assembleia Municipal e senhor presidente da Câmara. Desejou também ao Presidente Dr. Victor Martins rápidas melhoras, após o que entregou uma recomendação que se junta à presente ata com **Anexo 3**.

Paulo Silveira – Após os cumprimentos, fez uma intervenção que se junta à presente ata como Anexo 4.

Cristina Guedes – Cumprimentou todos e disse que ia abordar três assuntos, no seu minuto e meio. Foi com surpresa e gosto que ouviu a moção apresentada pelo membro Cláudia Pereira, moção essa que o Bloco de Esquerda já quis trazer à Assembleia Municipal, mas as diferentes bancadas acharam que era uma boa proposta, com a qual estavam de acordo, mas que carecia de uma análise mais aprofundada. Agora está apresentada e terá o seu apoio, mas gostaria que tivessem dado alguma atenção ao Bloco de Esquerda quando quis abordar o assunto. Uma outra questão foi a inauguração da remodelação da escola do Agrupamento de Escolas do Fundão que ocorreu no dia 9 de Junho, com a presença da senhora secretária de Estado da Educação e a sua preocupação é que há mais de um ano que disseram que iam requalificar e melhorar as canalizações da escola, inaugurou-se a remodelação mas as canalizações quer das casas de banho, quer dos laboratórios continuam sem sofrer qualquer tipo de alteração e o problema existe também com as bancadas de trabalho que, ou têm problemas nas torneiras ou nos esgotos. Temos ainda casas de banho que têm de ser encerradas por funcionarem de forma deficitária. Outro assunto que quis trazer, era pedir que se associassem a um voto de louvor ao clube de triatlo do Fundão, onde uma atleta foi selecionada para representar o nosso país, dando conta que foram selecionadas só três atletas daquele escalão e uma delas era do clube de triatlo do Fundão. Muita dificuldade tem este clube, embora com alguns apoios da Câmara, que poderiam e deveriam ser melhores pois, enquanto a piscina esteve fechada, foi uma luta árdua para que voltassem a aquecer a água e os atletas chegaram a treinar com a temperatura da água abaixo dos 10 graus celsius, o que é lamentável.

Rogério Hilário – Cumprimentou todos os presentes, desejou rápidas melhoras ao Senhor Presidente da assembleia Municipal e disse que a sua intervenção ia abordar dois pontos, um dos quais, tendo em conta a intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Silveiras como mote, disse que só se conseguiriam desenvolver as regiões do interior se se diminuíssem os custos de contexto que são vários, mormente as acessibilidades, sejam elas digitais, ferroviárias ou rodoviárias e, principalmente uma que nos tem prejudicado imenso, que são as portagens. Não está contente com o desconto de 50%, é preciso continuar a lutar até atingir o objetivo maior que é o custo zero. Naturalmente que foi a luta de muitos agentes, foi um contexto que se proporcionou na Assembleia da República, onde alguns votaram contra, outros a favor, outros não foram capazes de fazer a proposta. O que interessa é que metade do caminho está feito, independentemente de quem o fez e temos que todos continuar a lutar para que seja uma realidade, pese embora fique triste quando cidadãos do interior não se colocaram ao lado da ideia, mas até compreende, não vendo razão para massacrar este princípio, deixa apenas o reparo. Concorda com a moção, porque também sofre grande parte disso e percebe que temos que melhorar, portanto, desde já vai ter o voto favorável da bancada do PSD, não sendo o fator em que a câmara possa vir a ser o pivot principal, já que se trata de uma estrada nacional e terá que ser o Ministério das

infraestruturas a resolver, pelo que vamos todos na linha da frente dessa pretensão. O que também o preocupa bastante, é que, num período muito complexo a nível social, económico, quiçá mais tarde o social, continua a pensar que o problema principal ainda está para vir. Os cenários e aquilo que são os estudos e vários indicadores, levam-no a crer que, após o Verão, haja problemas complexos em termos da sobrevivência de muitas empresas, ficando este alerta para que tenhamos um papel ativo e contribuamos para a melhoria do que poderá vir a ser um problema sério. Não estamos aqui só para culpar o Governo porque a pandemia é algo que está no terreno, mas considera que as medidas tomadas não só foram insuficientes como desadequadas em algumas situações, o que significa que poderíamos ter trabalhado em medidas dirigidas para a economia real, não para a economia de expectativas, porque as empresas são reais, não gerem expectativas e muitas das situações não foram tratadas a sério. Partilhou o sentimento que lhe foi relatado por um estrangeiro, que o alertou para a quarta pandemia em marcha que traria problemas não só de saúde, mas também a nível económico e social, enquanto o Governo continua a dizer que vamos em frente, porque isto não há volta a dar, está tudo bem. Certo é que já se veem muitas empresas do ramo de hotelaria que não têm clientes, não podem despedir empregados e não sabem como pagar, portanto, acha que tem que haver melhor planeamento e interpretação e talvez mais transparência.

Hélder Santos – Cumprimentou todos e disse que a sua intervenção se prende com duas ou três razões, sendo a principal, novamente fazer um alerta que pensa ser transversal a todo o concelho e suas freguesias, que tem a ver com a questão, agravada no período do Verão, em que normalmente há um aumento de população que em algumas freguesias duplica ou triplica, que é a recolha dos lixos, pelo chama a atenção para que todos os intervenientes possam melhorar tudo o que sejam tarefas nesse aspeto. Outra situação e também porque a colega de Silves referiu as roturas sistemáticas que tem na sua freguesia, no âmbito da distribuição em baixa as intervenções são feitas, mas depois as reposições dos pavimentos ficam meses, nalguns casos até anos sem serem resolvidas levantando grandes problemas inclusive, alguns acidentes. Outra situação e aproveitando o voto de louvor para uma atleta do clube de triatlo, também quer mencionar uma Alcariaense que foi selecionada para representar Portugal e que para si é um orgulho, porque é de Alcaria.

Ana Leonor - Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os membros e executivo. Sendo provavelmente esta a última reunião antes das próximas eleições autárquicas e, por isso, também a sua última participação nesta assembleia, depois de cumprir dois mandatos, quis deixar aqui o repto para que aqueles que continuem a aceitar a enorme responsabilidade que é o exercício de cargos políticos, o façam de forma honesta, transparente e, fundamentalmente, tendo em vista o que são os interesses dos munícipes em detrimento de quaisquer outros interesses. Uma palavra de reconhecimento ao grupo municipal do Partido Socialista que integrou nos últimos dois mandatos, pela forma como acolheram sempre aquilo que eventualmente possam ser as particularidades de integrarem um membro independente, mas mostrando efetivamente que a liberdade é um direito fundamental,

independentemente da condição que tenhamos e é algo que não deve ser esquecido em política, porque é aquilo que nos permite decidir, agir, votar, escolher em consciência, sejam quais forem as circunstâncias e, portanto, que no próximo mandato todos os membros deste importante órgão possam efetivamente fazer aquilo que lhe foi permitido fazer nos últimos anos que foi decidir, tomar posições em liberdade e consciência. Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Mesa disse que se iria passar de imediato à votação das moções que aqui nos apresentaram:

MOÇÃO “Requalificação da Nacional de 138” - Aprovada por unanimidade.

Recomendação “Requalificação e instalação de esplanadas” – Doc. nº 5 Anexo à presente ata.

Rogério Hilário – Disse que estavam de acordo com a recomendação, naturalmente que poderão torná-la mais ampla, no âmbito do apoio à atividade económica que muito necessitada está de tudo o que seja possível fazer.

Colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

Recomendação de saudação à sociedade Filarmónica Silvarense – Doc. nº 6 anexo à presente ata - Aprovada por unanimidade

2 votos de louvor – Á atleta Maria Gonçalves do Clube de Triatlo do Fundão e Ana Campos na Esgrima que representaram Portugal em campeonatos internacionais – Documentos 7 e 8 anexos à presente ata. - Aprovados por unanimidade

O Senhor Presidente da Mesa em exercício disse que íamos entrar no Período da Ordem do Dia, recordando os tempos dos grupos: 30 minutos para o grupo do PSD, 13,5 minutos para o Partido Socialista, 6 minutos para a CDU, 3 minutos para o Bloco de Esquerda, sendo acrescido de 1 minuto e meio para todas as bancadas dada a relevância dos temas, a extensão do período da ordem do dia, embora não possamos alongar muito mais estes tempos, face ao longo período de votações.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) dnº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)

Luís Lourenço - Disse que não ia perder muito tempo com esta informação, muito haveria a chamar a atenção, nomeadamente a alguns aspetos da informação da atividade, já que não se distingue aquilo que é apoio do que é a iniciativa da Câmara. A única coisa que gostaria de chamar a atenção prende-se com a forma como está escrita a informação sobre as comemorações do 25 de Abril. Não sabe quem é que escreveu, mas é o senhor Presidente que assina e diz que foram ainda publicadas várias gravações alusivas a este dia com testemunhos de grupos políticos com assento na Assembleia Municipal. Pensa que não foi

isto que se passou, tem havido regulamentarmente uma sessão solene da Assembleia Municipal no dia 25 de Abril e esta sessão assumiu nova forma por razões da pandemia, e o que lê é que foram publicadas intervenções dos grupos municipais da Assembleia Municipal, clarificando que são as intervenções no âmbito de uma sessão do 25 de Abril que se realizou desta forma dadas as circunstâncias, mas que não deixou de ser uma sessão solene.

José Pina – Fez uma intervenção baseada n documento que se junta à presente ata como **Anexo 9**.

Presidente da Câmara – Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes nesta assembleia municipal. Começou por também associar a Câmara Municipal, que também já tinha tido a iniciativa de aprovar, por unanimidade, um voto de louvor, à recondução do Eng.º António Guterres, de forma tão inequívoca e unânime para o segundo mandato no organismo mais relevante e talvez mais importante para as agendas da coesão e sustentabilidade na procura de maior justiça e equilíbrio do mundo como é a agenda das Nações Unidas. Quis deixar uma palavra aos membros que iriam deixar de exercer funções autárquicas, no caso os membros Ana Leonor e Paulo Silveira, deixando uma nota de grande respeito e admiração pelas intervenções, posturas de intervenção cívica a que sempre nos foram habituando ao longo destes mandatos, sublinhando que apesar de em algum caso não ter estado de acordo, mas sempre com um enorme respeito pela coragem, pela diferença, sempre na defesa das nossas convicções que, defendidas com respeito, as considera do lado certo da história. Ao membro Paulo Silveira, em particular, fez também um agradecimento por todo o trabalho realizado na revitalização da memória de poder local de 45 anos, obviamente concretizada em pessoas concretas e isso é um património coletivo que a nossa assembleia magna deve permanentemente respeitar. Não podia também deixar passar porque também se tornou público, que o nosso Presidente atual da Assembleia Municipal também vai deixar as funções enquanto membro municipal, pelo que queria deixar uma nota de enorme apreço e respeito e que seguramente a seu tempo, tal como aconteceu com anteriores presidentes de Assembleia Municipal, como o caso do engenheiro António Guterres, está certo que, no caso do Doutor Vítor Martins, estaremos a falar também de alguém que marcou uma fasquia muito alta no que é o exercício da gestão, da moderação, da condução, da coordenação dos trabalhos da assembleia municipal. Entrando mais concretamente nos assuntos, associou-se a todos os votos de louvor aqui votados, que vão desde os atletas às comemorações dos 100 anos da banda a Silves. De seguida falou da central de biomassa referindo que não deu mais informação, porque está exatamente no mesmo ponto da última que foi dada, a central está parada para fazer as intervenções que nos prometeram fazer. Já foi feita pela Câmara uma parte significativa do estudo do ruído, aplicado no terreno em diferentes períodos, aproveitando também para fazer análises de ruído em período noturno, com a central ainda a funcionar e agora aguardam que a central volte a funcionar, esperando que isso represente um padrão totalmente diferente do seu funcionamento para melhor. Depois terminará o leque de avaliação de ruído, durante o funcionamento normal, nos diferentes períodos. Essa será a altura para voltarmos a chamar a comissão permanente, a analisar e enviar novamente

o relatório, esperando que os indicadores sejam bem mais benignos do que os últimos estudos que foram apontando relativamente à central de biomassa. A seguir falou de uma das decisões unânimes que a assembleia aqui tomou relativamente a nacional 238, dizendo que, independentemente de no PRR, algumas estradas terem caído, independentemente das reuniões com todos os autarcas cujos concelhos cruzam a nacional 238 em toda a sua extensão, onde tinha ficado acordado a requalificação de fundo da 238, sendo certo por parte dos autarcas, que em termos da sua extensão a requalificação da estrada poderia arrancar a partir da zona da Sertã e Oleiros, entrando depois no concelho do Fundão, o certo é que não tem conhecimento que já esteja lançado este investimento. A 238 no nosso concelho é uma estrada nacional e em alguns troços regional, ou seja, do Fundão até Silvaes é uma estrada Regional e de Silvaes até ao limite do concelho é uma estrada nacional. Não vai referir o que é que aconteceu há 20 e muitos anos quando foi feita uma intervenção de fundo, cometeram-se demasiados erros. Da parte do concelho do Fundão, algumas intervenções bem pesadas já foram feitas, talvez a mais pesada de todas a famosa variante ao Castelejo, que foi executada com dinheiro do município do Fundão e agora muito recentemente um dos trajetos que estava seguramente mais degradado, que era o trajeto entre o Fundão e Souto da Casa, que também foi concretizado. Irão pugnar que não aconteça na estrada 238 o que aconteceu, por exemplo na IC 31 que, independentemente de terem retirado dinheiro no PRR para essa estrada, foi assumido pelo Governo que passaria para Orçamento de Estado essa compensação, que no PRR, por razões que se prendem seguramente com negociações duras, que terão ocorrido entre Portugal e Bruxelas, no entanto o Estado veio passado pouco tempo dizer que, independentemente de já não estar no PRR, o Orçamento de Estado estava disponível relativamente à IC 31, por ser uma estrada muito relevante para a estratégia de desenvolvimento do concelho do Fundão. Quanto ao Regadio Gardunha Sul estão a fazer os estudos complementares que possam ser necessários, mas há sempre uma situação que nos preocupa muito que é a de que, depois de tantos anos destes trabalhos, passar por tantas entidades, nomeadamente da área do Ambiente, não temos pejo nenhum, de hoje ainda termos de complementar outro tipo de estudos sempre e quando a isso não possa significar, em termos práticos o final do projeto, por causa dos prazos que lhe estão associados, porque é preciso ter muito cuidado com uma questão que se prende com a execução associada aos regadios que estão contratualizados entre o Estado português e o BEI, ou seja os prazos que lá estão colocados, porque às vezes melhor do que criar mais camadas administrativas no processo que demoram bastante tempo a serem executadas e aprovadas e que no final isso também significa na prática que tudo aquilo que foi aprovado, não é possível de concretizar. Deixa este alerta, mas estão a trabalhar e a complementar toda a informação necessária e esperam que todas as aprovações e todo este trabalho de 7, 8 anos à volta de regadio da Gardunha Sul, sobretudo esta primeira fase, não venha a trazer alguma curva mais apertada que possa, eventualmente não o tornar fluído em termos da sua execução. Referiu também que esse mesmo estudo, continha uma parte que falava do tipo de cultivo e de fileiras, ou seja, considerava o limiar de água por hectare para a questão das fileiras, o denominado estudo de viabilidade, que vai muito para além daquilo que se se possa pensar ser uma

solução técnica de regadio. Trata-se de uma obra de engenharia fantástica porque todo o regadio se estabelece por gravidade, não havendo custos de energia associados, uma obra engenharia incrível, aqui feita com a equipa de topógrafos do mais alto gabarito, mas temos que entender que, no caso do regadio Gardunha Sul o equipamento fotovoltaico que existe pode ser bem importante. Vamos agora tentar que a associação de regantes, a estrutura de regantes que também estamos a mobilizar e a moldar, que vai ser entidade gestora deste regadio possa ter a força e a capacidade necessárias. Para terminar disse relativamente à intervenção do membro Cristina Guedes, que na visita da Senhora Secretária de Estado da Educação ao complexo escolar do Fundão, esta comprometeu-se a tratar de um programa específico para a capacitação e requalificação das zonas laboratoriais, esperando que isso se possa concretizar antes dessa competência passar para os municípios. No que toca à parte mencionada dos triatletas referiu que a informação que tem é que, independentemente de não ter sido aprovada a possibilidade dos triatletas poderem treinar, por questões que têm a ver com a pandemia, foi permitido de forma muito contida que 4, 5 atletas pudessem utilizar a piscina 2 vezes por semana em pleno Inverno, piscina que só abria para esses atletas, tendo sido feito um esforço de aquecimento para esses dias, com impactos financeiros bastante acrescidos para o município.

2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020 e sua correção”, nos termos do disposto na alínea I) do nº2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro

Presidente da Câmara – Afirmou que se trata de contas associadas a um desafio brutal que a pandemia a todos tem obrigado. Deste ponto de vista, disse que começaram com um orçamento de 29,734 milhões, orçamento aprovado em Dezembro de 2019 e o nosso orçamento final ao longo desses 12 meses acabou em 33,916 milhões, ou seja, o orçamento foi sendo acrescentado dentro dos pressupostos legais que nos permitem aumentar o orçamento, porque houve várias intervenções que deixaram de ser meras indicações do ponto de vista do que era o documento provisional e através de financiamentos comunitários conseguiram aumentar a capacidade, ou seja se começássemos pelo orçamento inicial teríamos uma execução da receita superior ao valor do orçamento inicial. Dos 33,916 milhões finais temos uma taxa de execução de cerca de 92%, que é a maior taxa de execução de sempre do nosso município, relativamente a parte da execução orçamental. Passando para uma indicação mais específica da parte das despesas, na parte da execução da despesa o grau de despesa é cerca de 38%, se olharmos para o que estava previsto no PAM nós passámos os 100% na área da execução, mesmo tendo em atenção as condições pandémicas do ano passado. A evolução da receita foi sendo aumentada ao longo destes anos, obviamente, com alguma redução na captação de impostos diretos e indiretos, muitíssimo provocado pela pandemia, mas, sobretudo na reação à pandemia, com todas as medidas de reduções de taxas, licenças, para pagar e minimizar o impacto da pandemia na economia real, sendo que,

naquilo que se trata do IMT, mesmo assim tivemos dos maiores números de sempre naquele imposto, após o record absoluto de 1 milhão 800 mil euros de 2019, passámos pela segunda vez nesta última década de 1 milhão de euros em IMT, no caso com 1,41 milhões de euros, sendo que isso revela que houve aqui uma resiliência bem interessante em termos da atividade económica, sobretudo na componente imobiliária, essencialmente na cidade do Fundão. Analisando as despesas, na parte da despesa com pessoal, estamos com 25% de limiar relativamente à despesa total, num máximo 30%, estamos a falar dos aumentos associados à reorganização dos serviços que fizemos e que tiveram impacto sobretudo em 2020. Da parte do investimento chamou a atenção para o seguinte dado: em 2016, se tivermos em consideração o último ano do mandato anterior, tivemos um investimento total de 1,882 milhões, mas agora estamos num investimento total de 5,529 milhões, ou seja, sensivelmente o triplo daquilo que era um investimento há 4 anos atrás e essa foi uma das condições pelos pressupostos que trouxe a esta assembleia, aquando do plano de ajustamento PAM, para ganhar muito mais capacidade de investimento, sendo que, naquilo que é o rácio do investimento total estamos no limiar dos 15% e também é esse o nosso compromisso. Temos tido uma enorme capacidade de desmultiplicação, mas sobretudo e também em áreas que não são financiadas por fundos comunitárias, nomeadamente os investimentos de proximidade em termos de alguma reabilitação, algumas infraestruturas viárias e rurais, temos conseguido mais recursos para poder fazer investimentos que de outra forma seriam bastante mais difíceis. Continuando, disse que em termos de impostos, o impacto do Covid retirou cerca de 731.000 euros daquilo que seria espectável em termos de despesa, um acréscimo de cerca de 300.000 euros sem contar com a alteração do modelo organizativo da própria Câmara, porque grande parte de alguns serviços estiveram praticamente em exclusivo durante bastante semanas ou meses no combate à pandemia, esperando que isso não volte a acontecer, apesar das notícias não serem muito abonatórias em termos nacionais, sobretudo pelo que está a acontecer na grande Lisboa mas, mesmo a nível do distrito, há municípios que hoje já têm dezenas de casos, aqui bem perto, pelo que a situação não dá azo a grandes otimismo. Em termos de saldos de gerência, foi o maior melhor saldo também nestes últimos anos, 1,314 milhões. Em termos de distribuição dos valores, a rubrica inovação, investimento e emprego mantém-se muito forte, sobretudo com as intervenções no parque industrial e também intervenções a nível da incubadora. Na parte dos equipamentos e desenvolvimento, foi um ano em que tivemos uma parte muito pesada de intervenções, no parque escolar, nomeadamente com o centro escolar já aqui falado. Sobre os outros indicadores, também nós sempre falámos que queríamos ter pelo menos 500.000 euros por ano associados à requalificação das vias, sendo que no ano 2020 conseguimos ir um pouco mais além em termos desse investimento de proximidade e voltamos a passar 5 milhões de euros. Disse ainda que foram reduzindo o passivo e que o resultado líquido do nosso exercício se situou em 450.000 euros positivos. Fez ainda um agradecimento a toda a câmara e vereadores já que foi muito difícil o fecho de contas, sobretudo, porque os sistemas informáticos não estavam preparados para aquilo que foi a alteração do modelo à última da hora, que o nosso ROC detetou ser necessária, relativamente

a não orçamentos de valores numa determinada conta, de cerca de 1,6 milhões de euros pelo que tivemos que fazer essas alterações, que ainda foram corrigidas em sessão de câmara a tempo, de em sede de assembleia, termos contas que nos dão alguma garantia técnica. Em termos de dívida estamos com uma dívida total de 53,971 milhões. Quando iniciámos o ajustamento em 2013 era de cerca de 87 milhões, pelo que reduzimos cerca de 33 milhões ao longo destes anos, com uma redução este ano de aproximadamente 4,400 milhões, o que perante as condicionantes todas do Covid é também muito importante. Estão a reduzir o índice de endividamento, em 2020 temos 2.39 de indicador, quando estariam no máximo pela obrigação do PAM em 2.65 como indicador obrigatório, muito melhor daquilo que era a nossa obrigação de índice do PAM previsto nesta altura. Quando formos fazer as contas do ano 2021 deixaremos de estar em desequilíbrio estrutural, passaremos para um valor abaixo dos 2,25 pontos. São, pois, umas contas que revelam que mantivemos toda a estratégia de investimento com valores muito bons e muito diversificados entre aquilo eram as nossas prioridades, atuámos dentro daquilo que eram todas as nossas competências e não só, também em parceria com o sistema de saúde e proteção civil, juntas de freguesia, aumentando em cerca de 25% as transferências globais para as Juntas de freguesia e dentro daquilo que foi a resposta possível e bastante esforçada no combate à pandemia.

Luís Batista – Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que não podia fazer a sua intervenção porque não tinha na sua posse informação sobre as contas da Viver Fundão, certificação de contas e contas consolidadas do município, pelo que gostaria que lhe fosse dada informação sobre estas questões ou se houve alguma alteração na Lei, que desconheça.

O Senhor Presidente da Câmara disse que relativamente à certificação de contas tem informação que foi distribuída a todos. As questões das contas consolidadas, a apresentação decorre de uma prerrogativa que no âmbito do Covid foi colocada de poderem ser apresentadas e enviadas para o Tribunal de Contas e só depois ser dado o conhecimento à assembleia, porque, como estamos em final de junho a aprovar as nossas contas, supostamente, só depois da aprovação é que poderíamos avançar com a parte das contas consolidadas. Trata-se de uma prerrogativa extraordinária que foi criada exatamente pelas circunstâncias do ano em que estamos. Relativamente à aprovação das contas da Viver Fundão, as mesmas encontram-se na informação escrita e é aí que devem estar colocadas porque elas não são aprovadas pelo órgão Assembleia Municipal.

Luís Batista - Disse que não pode votar porque no documento enviado fala em contas consolidadas, pelo que se não for melhor esclarecido não intervém e vota contra.

Presidente da Câmara- Disse que a única questão que aconteceu foi que o nome do ficheiro contas consolidadas diz respeito às contas do município e dentro desse ficheiro estão todas as contas do município não consolidadas, porque elas não estão sequer na ordem de trabalhos ou seja, houve um pequeno erro de identificação que nem sequer é substantivo. Se leu a certificação de conta e o que estava dentro do ficheiro, o que lá tem é a certificação de contas do município que foi enviada pelo revisor oficial de contas há poucos dias e foi incluída

nos documentos enviados à assembleia, porque ela é obrigatória, para que os seus membros se possam pronunciar sobre as contas do município, não ainda as contas consolidadas.

João Leitão – Cumprimentou os presentes e disse que a sua intervenção ia ser muito sintética, aquilo que está em análise e como objeto é a execução do orçamento de referência do ano 2020. O que se passou na discussão da proposta de Orçamento foi, por exemplo, acentuada a estratégia de sobre orçamentação do plano de investimentos deste município. O que se verificou, exatamente agora na fase de prestação de contas, uma evolução negativa das receitas próprias em face de uma situação que dificilmente seria antecipável na pandemia, acompanhada da expansão do investimento. Isto revela que a estratégia orçamental e também de contabilidade económica que foi seguida para este ano de 2020 foi o correto e há indicadores objetivos que o atestam, por exemplo, a redução da dívida em 4 milhões, conforme programado, portanto, não há desvio. Pelo lado das receitas 92%, pelo lado da despesa, 88%. Regista-se um resultado líquido de cerca de 450.000 euros relativamente ao qual no final da sua intervenção, irá fazer também uma observação passível de ser bem acolhida ou não. Ainda uma execução de investimento com um valor total substancial para a dimensão do município e para a conjuntura, 5 milhões e relativamente ao exercício já apresentada aqui pelo Sr. Presidente, não é querer ir mais além, é fazer uma interpretação com reservas dos resultados que são apresentados nestes termos, obviamente, sabendo que aquilo que vai fazer em seguida, não deve ser feito de forma seletiva ou considerando ou excluindo determinados indicadores, nomeadamente em termos daquilo que é a autonomia financeira do município e um critério de, sobretudo recentemente, o Banco de Portugal tem estado a dar muita importância ao que é exatamente a capitalização ou o contrário a descapitalização, daquilo que são os diferentes órgãos da Administração Pública e também do tecido empresarial. Ao nível da autonomia financeira ao abordarmos os números do município para 2020, se considerarmos o rácio de capitais próprios ativos, verificamos uma ligeira subida dessa autonomia. Isto não é indiferente àquilo que a evolução positiva dos capitais próprios, obviamente também e como sabem todos, são e estão dependentes da diferença entre o ativo e o passivo e há aí também o registo de uma variação positiva, os capitais próprios do município evoluíram positivamente. A dívida como já vimos, foi reduzida conforme estava programado, isto tem implicações ao nível da capitalização que é abordada de duas formas. A primeira considerando o rácio entre a dívida e os capitais próprios, verifica-se uma descida do peso da dívida tomando por referência os capitais próprios do município. Por outro lado, se passarmos a considerar o rácio do passivo e capitais próprios como efetivamente há uma evolução negativa do passivo do município, também o peso do passivo, tomando por referência os capitais próprios do município evoluiu num sentido, consideramos correto, ou seja, diminuiu, o que atesta sinais positivos em relação à execução do orçamento. Falando então de execução, quais são os pontos que devem ser sublinhados, nomeadamente o investimento que o município teve que fazer em áreas como a educação e o saneamento, que estão estrategicamente definidas no seu plano e orçamento, as transferências essenciais realizadas para as juntas de freguesia que somaram um acréscimo de 20%. Para além de que

deve ser sublinhado que, independentemente desta conjuntura não houve cortes nos subsídios. De sublinhar também a criação de diferentes programas de apoio, com mecanismos visíveis em três áreas, a primeira a saúde pública num apoio direto que foi dado às populações substituindo-se uma vez mais o município ao Estado, mas essa é obviamente uma característica que já é recorrente. Aproveitou também para fazer aqui uns parênteses, integra-se naquele agrupamento profissional dos professores, lamentavelmente a administração central que, apesar de sermos todos iguais, não achou que devêssemos ter o mesmo tratamento mas a esse nível o município do Fundão cumpriu e disse e esteve presente, na sua avaliação como utilizador do Centro de vacinação o município foi impecável. Devemos também realçar a ação impecável e profissional dos atores do Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente enfermeiros, médicos mas também os funcionários do município envolvidos neste processo, deixando uma palavra de agradecimento profundo em relação à forma como este serviço tem vindo a ser prestado de forma exemplar, ao que se junta também a capacidade que o município teve de antecipar a organização da rede de transportes, para que dadas as características do concelho do Fundão, o número de pessoas cobertas por este tipo de serviço público, fosse o máximo possível. Falou também no apoio essencial na disponibilização atempada de computadores e placas de acesso à Internet. Finalmente, uma terceira área na área comercial, deu uma estimativa, um multiplicador de despesa em relação ao modelo de vouchers que foi aqui implementado e que tem réplicas muito diferenciadas a nível nacional que levou a um reforço na procura do comércio local. Começa no usufruto base de 10%, mas que até pode ser superior e que afetou fundamentalmente as microunidades empresariais, tais como minimercados, farmácias e mais recentemente também dos estabelecimentos que se dedicam à comercialização de materiais construção. Ora se isto não é uma política e uma execução assertiva dos dinheiros públicos disponibilizados ao município, então pergunta o que é que é. Para terminar afirmou que em relação aos resultados líquidos, independentemente daquilo que seja a engenharia contabilística e financeira que leva a este tipo de resultados, gostaria de colocar aqui uma ressalva, até porque tem acompanhado a evolução dos números, já são dois mandatos em papéis diferentes assumidamente e de forma responsável, sugere que em relação ao sinal que aparece nos resultados líquidos, que se ponderasse como estratégia orçamental, a criação de uma provisão para eventuais revalorizações ou depreciações do imobilizado, nomeadamente aquilo que diz respeito a terrenos e edifícios, porque nos próximos anos isto pode ser particularmente importante na forma como se garante, pelo menos a transferência direta do Estado a que o município do Fundão tem direito e que, obviamente o seus concidadãos necessitam para ver melhorada a sua qualidade de vida.

Cristina Guedes – Mais uma vez estamos perante uma excelente obra de engenharia financeira, senhor Presidente da Câmara. Corrobora com o que disse o membro Luís Lourenço, não há tempo útil para conseguirem ler tantos documentos e ver tantos ficheiros, no entanto, salientou o apoio à escola profissional financiada pela Câmara até à data, que recebeu receitas próprias do município no valor de 97.596 euros, e possivelmente há outras

que não conseguimos perceber no documento. Preocupa-a, a duplicação de cursos que está a acontecer na escola profissional, existindo cursos análogos no agrupamento de escolas do Fundão, pelo que pergunta para que é servem as reuniões de rede e ainda como é possível estarmos a financiar quando, por vezes há muita escassez de alunos para os cursos em causa. Claro que o ensino profissional tem todo o mérito e é apoiante em pleno deste tipo de ensino, no entanto, custa-lhe ver esta duplicação de cursos na escola profissional. Sabe ainda que ocorreu uma reunião onde apresentaram um projeto que abrange 300 polos, com incidência em escolas públicas de cursos profissionais e a nossa dúvida é se será que é escola pública da nossa cidade que vai beneficiar disso ou a escola profissional.

Luís Batista – Disse que no passivo faltam 2 milhões de euros, o que para quem diz que as contas estão certas não abona muito e andamos assim há vários anos em termos de reconhecimento do passivo, até porque há passivos contingentes que vão sendo corrigidos “à la longue” conforme a forma que vão sendo mais ou menos necessários. Quanto à gestão das amortizações e do ativo, a verdade é que a maior parte do ativo da Câmara tem problemas de manutenção e quando o membro João Leitão sugere fazer uma reserva é natural que o diga, porque fica muito mais caro qualificar de que fazer manutenção ao longos dos tempos e há estudos que indicam que essa manutenção custa mais 30 a 40% hora a quem paga essas reservas do que fazer essas manutenções ao longo dos anos. As receitas de capital diminuíram e quando se compara com o ano anterior verificam-se que diminuíram ainda mais do que seria esperável. Por outro lado, para ficar registada a certificação legal de contas que recebemos está datada de 18 de junho e não dia 24, pelo que acha muito estranho que este documento não tenha sido distribuído a esta assembleia na data devida.

Rogério Hilário – Disse que chegámos ao ano 2020, estamos a apreciar as Contas, aquilo que foi um ano da Câmara Municipal, onde ocorreu uma pandemia, cenários de incerteza, stresses económicos, atrasos na execução de obras, eventualmente nada funcionou como era normal, mesmo assim, esta prestação de contas diz-nos o seguinte: redução de dívida, boa taxa de execução, resultados positivos, investimentos nas diversas áreas, incremento de transferências, despesa social que não estava totalmente prevista, com distribuição dos medicamentos que foi fundamental numa determinada etapa do ano, assim como toda a logística que a pandemia envolveu. Deu os parabéns à Câmara pela capacidade e competência e aos seus trabalhadores deixou um agradecimento pelo sucesso que foi o seu trabalho. Temos que perceber que alguns impostos diretos e indiretos diminuíram, o IMT é um dos impostos que aqui teve bastante impacto, mas, essencialmente ocorreu uma redução geral do passivo, que não é só bancário, reduziu cerca de mais 4 milhões de euros e relativamente à performance da gestão os resultados são positivos. Isto significa que mesmo assim os rendimentos foram superiores aos gastos, eventualmente, até poderia acontecer o contrário no ano em que foi, destacando exatamente essa performance. Há também aqui um dado que muitas vezes ninguém quer perceber, o saldo de gerência é de 1,314 milhões, o que demonstra que temos capacidade de caixa para resolver compromissos imediatos, a autonomia financeira melhorou. Destacou também que o ativo que aqui temos não reflete

ainda o potencial da Câmara Municipal, pensa que o senhor Presidente da Câmara poderá confirmar isso, que teremos muito ativo que ainda não está inventariado para introduzir neste balanço e, se isso acontecer, as contas ainda melhoram muito mais, sendo necessário perceber que há aqui estradas, fontes, caminhos, edifícios e outras coisas, que ainda não estão referenciadas. O PS eventualmente faz o seu papel de oposição, estamos em processo pré-eleitoral e não podemos levar a mal algum jogo político, mas temos que entender que todos nós funcionamos em organização e todos passamos pelo Covid e pelo confinamento e é provável que muitas das coisas não funcionem como gostaríamos que funcionassem, pelo que temos que ser mais benevolentes e compreensivos em todo este processo,

Presidente da Câmara – Disse ser absolutamente justo e inevitável referir que, independentemente de algumas abordagens de uma redução de receita, estamos a falar da maior taxa de execução de sempre do município, o orçamento inicial era de 29 milhões e passamos para 34 milhões ou seja a maior taxa de sempre do município do ponto de vista da receita, sendo que o orçamento aumentou relativamente ao que estava inicialmente aprovado, por isso, acha que do ponto de vista daquilo que foram as diferentes abordagens, não é possível dizer que o Covid não teve influência, por exemplo, no ritmo de execução. Os valores dos financiamentos comunitários que passam para o ano seguinte, é um valor que também aumenta muito quando olhamos para a questão do balanço. Relativamente ao ativo há uma alteração, de facto, no relatório o valor que aparece é o valor do ativo líquido e não do ativo bruto, como acontecia anteriormente. Tendo em conta o que foram as últimas semanas no que toca à aprovação de contas, nós tivemos que levar uma alteração das contas que foram aprovadas inicialmente no final de maio, daí iam ser enviadas para a assembleia municipal, quando o revisor oficial de contas fez uma pré análise das contas e os nossos serviços começaram também a detetar questões que nos comunicaram as alterações e sobretudo ao sistema informático da AIRC que estava a dar a resposta adequada em termos de todos os quadros, levámos uma primeira retificação das contas, fizemos uma segunda e uma terceira em alguns momentos no âmbito deste processo e creê que há 8 dias aprovaram as contas municipais pela segunda vez já com todas as correções e alterações, nomeadamente aquelas que o próprio revisor oficial de contas colocou e aquelas que os nossos próprios serviços tinham detetado e mandámos as contas para a assembleia municipal, na passada segunda-feira, depois destas vicissitudes. É verdade que o revisor oficial de contas só depois das contas aprovadas na sessão de câmara é que pôde emitir formalmente o seu parecer, nalguns anos, nós informalmente partilhamos esse parecer, porque o temos antes da sessão de câmara, algumas vezes já aconteceu em Assembleia Municipal o parecer do revisor oficial de contas ser distribuído no mesmo dia, mas este ano com as vicissitudes que ocorreram das alterações que referiu, era natural que houvesse uma maior concentração e prazos mais curtos no envio das contas para a assembleia. Informou ainda que há ainda muito património para ir registando relativamente àquilo que é pertença da Câmara Municipal e isso vai reforçar aquilo que se prende com a tal consolidação. Quanto mais intervenções fazemos, quanto mais edifícios fazemos, mais equipamentos

disponibilizamos, coloca-se a questão da sua manutenção. Relativamente ao ensino profissional, tem oferta pública numa escola de natureza privada chamada de escola Profissional do Fundão e tem há menos anos uma outra oferta pública que é a escola Secundária do Fundão. Essas ofertas devem ser o mais complementar possíveis e por isso quando a escola profissional há pouco tempo, avançou com a possibilidade de criação um curso de programação, desde logo referimos que esse curso deve ser especializado à área dos jogos on-line, de nível 4, esperemos que o mesmo tenha muita procura porque é uma área muito relevante que pode trazer alguma especialização aos cursos de nível 4, de sistemas informáticos e programação que crê que hoje a escola secundária neste momento tem. Também pediu, porque considera essa questão relevante para o futuro do nosso concelho, mesmo que o pensamento vá muito para além até do atual mandato, porque acha que não fica mal a nenhum presidente de câmara poder pensar em médio e longo prazo, muito para além até daquilo que são os atuais mandatos, neste caso, pediu especificamente à Escola Secundária que os cursos associados à animação sociocultural pudessem integrar a componente do que são mediadores para comunidades multiculturais. Essa questão ligada às migrações é uma questão chave para o futuro do Fundão, diria até para o futuro do país em muitos aspetos e está bastante esperançoso que já nesta próxima oferta que vai acontecer e que está aprovada de ensino profissional de nível 4 na Escola Secundária, que possam mesmo, na mesma estrutura formal do curso, em termos dos módulos, começarem a integrar estas vertentes, porque vamos precisar de muitas pessoas altamente especializadas, que possam fazer esta mediação.

Não havendo mais intervenções neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou de imediato à votação o documento, tendo o mesmo qual foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor e 11 votos contra, num total de 39 votos presentes naquele momento.

A percentagem que deliberou a favor foi de 72% e contra de 28%.

Não foram apresentadas declarações de voto.

Votaram contra, os membros, José António Marujo Pina, Ana Leonor Serra Morais dos Santos, Juvenal Castanheira em substituição de Adelino Batista Pereira, Marina Cláudia de Melo Alegria Nascimento, Abel Maria Agostinho de Lima Rodrigues, Luís Miguel Francisco Batista, Mariana Serra Morgadinho, Leonor do Rosário Lopes em substituição de Ricardo Miguel Duarte Gaspar, Luís António Nunes Lourenço, Guilherme Blasquez Freches e Cristina Maria Borges dos Santos da Silva Guedes

Mais foi aprovado, por unanimidade, o texto da presente deliberação, em minuta, para imediata execução.

3. Apreciação e votação da Proposta – “Procedimento de Alteração por adaptação do PDM”, nos termos do disposto no nº1 do artº5º. Da Lei nº1/A2020, de 19 de março, na sua atual redação

José Pina - Este tipo de proposta que aqui nos surge, normalmente não nos move pronunciar sobre ela, no entanto já hoje aqui falámos de tanta formalidade e da necessidade da mesma, porque é importante que haja formalidade, porque se não houver formalismo, podemos cair numa situação demasiado anárquica, recorda que em reunião da Comissão Permanente, quando este ponto foi abordado ainda não tinham os documentos, recorda-se que os mesmos estavam a ser carregados em plena reunião da Comissão Permanente, terça-feira, ao fim da tarde, curiosamente, na quarta-feira, teve oportunidade de informar o senhor Presidente da Assembleia em exercício, que não percebia que ata é que tinha sido mandada, porque remeteram uma ata da câmara municipal em vez de enviarem uma ata da Assembleia Municipal. Por aqui também devemos ter alguma organização, perguntou o que é que tratava este documento porque pelo título estavam a trabalhar basicamente da alteração por adaptação do PDM. O que lhe foi respondido pelo Senhor Presidente da Mesa foi que normalmente estamos a falar de alterações às cartas, nomeadamente à REN - Reserva Agrícola Nacional e que era preciso adaptá-la a determinadas circunstâncias. É isto que está aqui no rosto e quando leu ficou ainda mais com a ideia que é verdade, mas na realidade não é. Em concreto, aquilo que foi feito foi o acerto entre a carta Reserva Agrícola Nacional e uma alteração solicitada pela Câmara Municipal, o que é completamente ao contrário. Não está a dizer que seja mau o que está escrito, mas não é, de facto, aquilo que foi a resposta do Senhor Presidente da Mesa na reunião da Comissão Permanente. A curiosidade é essa mesma, porque aquilo que foi feito foi para regularizar uma situação que carecia de ser regularizada, há não sabe quantos anos. Não se quer pronunciar em concreto sobre o nome da empresa, não o move essa intenção, mas essa empresa, obteve há meia dúzia de anos atrás, o reconhecimento do interesse municipal e isso leva-nos para os pontos que vêm a seguir exatamente do mesmo modo, onde é solicitado à Assembleia Municipal que se pronuncie sobre o interesse municipal de determinadas empresas. As coisas têm que ser feitas formalmente e com tempo para evitar erros.

Presidente da Câmara – Disse que desde há vários anos e já várias questões destas chegaram à Assembleia Municipal ao programa específico de regularização de atividades empresariais, industriais que, não tendo enquadramento no atual PDM, ocorreu uma legislação que permite excecionalmente avançar com esse tipo de processos, sendo que, para alguns é obrigação possuírem a declaração de interesse municipal, no âmbito dos processos associados à medida de regularização das atividades económicas, regime especial de regularização das atividades económicas, por isso, nesse âmbito cumprindo todos os requisitos e ouvindo todas as entidades, estamos perfeitamente à vontade do ponto de vista da aprovação dessa alteração cirúrgica no âmbito desse regime excecional. Dá-se também a

questão que, neste momento, por efeitos também da revisão do PDM há aquilo que se denomina carta da RAN bruta, que é um promotor dessa carta da RAN - Reserva Agrícola Nacional que é o que, ao fim ao cabo está em causa do ponto de vista do enquadramento deste investimento. Quem promove essa carta da RAN bruta é a administração, no caso a Direção Regional de Agricultura, que propõe aquilo que é alteração ou atualização daquilo que se chama grosso modo a RAN bruta e, neste caso em concreto, estas duas questões coincidem, o regime excecional é que nós estamos a pedir o enquadramento do regime de atualização da REN bruta, que é da Direção Regional de Agricultura, por isso acredita que em alguma intervenção se coloca isto de ter a ver com a RAN bruta que vem da Direção Regional da Agricultura, imagina que isso tenha sido transmitido, num enquadramento concreto, que fala no que é o regime excecional das atividades económicas e crê que esta era a última de um conjunto de 8 ou 9 empresas que felizmente, aproveitaram este regime e hoje podem, ainda trabalhar e ter acesso a outros programas e financiamentos, porque, finalmente tem a sua situação regularizada.

Presidente da Mesa - Aproveitou para confirmar todas as informações que o membro José Pina aqui nos trouxe, houve na verdade um lapso na colocação de documentos na plataforma, nomeadamente da ata no qual como responsável pela Comissão Permanente assume a responsabilidade, ilibando qualquer outra, porque lhe competia a si verificar a situação, pelo que pede desculpa.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 26 votos a favor e 11 abstenções.

4. Apreciação e votação da Proposta - "Aprovação da delimitação de 48 Áreas de Reabilitação Urbana no Concelho do Fundão", nos termos do disposto na alínea r) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Guilherme Frexes – Começou por cumprimentar todos os presentes e referir que o mapa da área de reabilitação urbana da Fatela não está no documento, na página 59 devia estar o mapa, mas está só uma página em branco.

Rogério Hilário – Disse que só para ficar registado, porque depois o que nós estamos aqui a aprovar muitas pessoas podem não perceber o que é a ARU e de certa forma todos os presidentes de junta sabem, porque lutaram por isso, mas quer só estabelecer aqui uma ligação entre o benefício fiscal e a dinâmica económica que pode ser aqui implementada, ao mesmo tempo na melhoria significativa naquilo que será um custo/benefício. Acha que as populações e neste caso as que estão dentro desta área, têm aqui um instrumento que lhes permite não só recuperar, trabalhar aquilo que é a modernização das próprias habitações e, ao mesmo tempo, fiscalmente pagar menos, para isso temos um benefício fiscal efetivo, podendo assim alavancar a nossa atividade económica, que é muito importante e não só se está a referir à construção civil, como todo o efeito de arrasto, que isto pode ter. Acha que em boa hora a câmara, traduziu aquilo que era uma intenção e já vínhamos aqui falando de

algumas ARUS em vasto território do concelho, transformando numa perspetiva que para si é extremamente importante. Não sabe se se pode ir mais além, mas também nos compete publicitar isto e convém fazer aquilo que é um veículo de transmissão entre a ferramenta que está aqui e a possibilidade de a transformar em valor económico, a custo mais baixo uma reconstrução ou uma requalificação ou melhoramento, porque senão há muita população, que estando dentro destas zonas, desconhece o efeito que estamos aqui a aprovar.

Presidente da Câmara - Referiu que relativamente à questão levantada, a planta em falta deverá ser enviada o mais rapidamente possível para a Assembleia Municipal, no entanto aparece na memória descritiva qual é a área, que coincide com a planta também concertada. Foram ouvidos todos os presidentes de junta para perceberem se a delimitação de áreas de reabilitação urbana era aquela que do ponto de vista deles também poderia corresponder à área mais consolidada das localidades, por isso é um pequeno lapso no meio de tanto documento. Referiu ainda que nesta questão, reconhece que se foi evoluindo, reconhece que não era sua intenção enquanto líder deste projeto, avançar com ARUS em todas as localidades, quando há alguns anos, fomos pioneiros na região em avançar com as ARUS, considerava que as mesmas tinham uma correlação muito direta com os valores patrimoniais específicos, sobretudo em zonas que careciam de uma proteção especial ou uma valorização especial, por isso começaram com o centro histórico de Fundão, depois para as aldeias que estavam em redes classificadas, aldeias históricas, de xisto, depois foi a vila de Alpedrinha, enquanto aldeia de montanha e o Alcaide e estávamos a culminar o processo para o caso de Alcongosta ser a primeira, dando prioridade a todos os núcleos antigos e núcleos consolidados que estavam em redes regionais ou nacionais, de forma a dar, de facto, um reforço de uma valorização e proteção, porque todas estas localidades tinham como contraponto aos apoios da ARU também regulamentos específicos, nalguns casos, até classificação específica que lhe trazia também condicionantes vários à intervenção, naquilo que é o património coletivo ou neste caso, privado, sejam casas e edifício, por isso era um contraponto e foi nessa abordagem que arrancámos e fomos pioneiros da região relativamente às ARUS. Assim, fomos evoluindo, e foi muito sensível neste caso a várias intervenções nesta assembleia, nomeadamente o grupo do PSD e não só, que colocou essa questão numa abordagem diferente, que é ao fim e ao cabo um incentivo fiscal e não o foco na valorização patrimonial, que era a linha que se estava a seguir, no aproveitamento das áreas de reabilitação urbana. Crê que se há uma coisa que esta década nos trouxe é que infelizmente, nas nossas aldeias, temos vários casos de localidades em que temos problemas e à volta, temos procura, sobretudo do produto quinta naquilo que são as novas tendências de procura que existem. Parece um contrassenso, mas é realmente aquilo que estamos efetivamente a viver e desse ponto de vista, crê que poder ser um bom incentivo e também um instrumento administrativo para que, no caso de casas devolutas, cujos proprietários sejam mais ou menos desconhecidos, mas quando é para recuperar muitas vezes os proprietários não aparecem, mas depois de recuperadas, os proprietários dão a cara. Nós temos, de facto, muitas casas que não conseguimos sequer notificar quem são os

proprietários legítimos, alguns casos até temos proprietários tão antigos que já não estão entre nós e desse ponto de vista, as ARUS permitem, no limite, a posse não só administrativa, mas facilitam até transformar a posse administrativa para uma intervenção num processo quase de expropriação em termos de tomada de posse definitiva desses imóveis que muitas vezes não têm já ninguém a reivindicá-los. Por isso também a ARU tem essa ferramenta, esse instrumento administrativo que muitas vezes, no final da linha, é aquilo que falta para resolver o assunto.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.

5. Apreciação e votação da Proposta - Processo de expropriação do Cine-Teatro Gardunha – ratificação de despacho e aprovação de informação do contencioso”, nos termos do disposto na alínea k) do nº 2 do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

Vice-Presidente da Câmara - Depois dos cumprimentos disse que, por provavelmente existir uma relação familiar indireta, o senhor presidente não quer abordar esta questão. Relativamente à defesa integral do interesse público neste processo, o mesmo começou há quase 30 anos e iniciou-se com este executivo a partir de 2007 com a classificação de interesse municipal, posteriormente, no ano 2008 passou a tratar-se a questão com a declaração de utilidade pública, para iniciar o processo de expropriação. Ele foi confirmado e tivemos essa posse administrativa no ano de 2012 e no ano de 2013, o município do Fundão pôde finalmente, registar esse imóvel enquanto propriedade do município. Trazemos hoje aqui uma proposta que pretende defender o município do Fundão, neste caso através da Assembleia Municipal que no fundo foi quem tomou a decisão na expropriação e que pretende responder uma petição, a um requerimento de um dos 23 herdeiros do cineteatro Gardunha que veio pedir, nesta última fase em que estamos supostamente a apurar o valor final que dá lugar à expropriação, veio pedir a sua reversão. Baseados na fundamentação jurídica dos advogados que defendem o município do Fundão, considerámos que a reversão só poderia ser colocada 2 anos depois de não ter sido cumprida a posse ou seja, nós assumimos a posse no ano 2013, se não tivéssemos tomado posse do edifício, estaríamos a falar em 2015 e 3 anos depois, posteriormente a esse prazo, não ter sido cumprido, haveria lugar para pedir a reversão do imóvel, o que acontece é que nós tomámos posse do edifício, desde logo pelas rendas que assumimos de um dos arrendatários que estava dentro do cineteatro e iniciámos um conjunto de intervenções para consolidar a aceleração da degradação que estava a acontecer no cineteatro, entretanto, submetemos um projeto a fundos comunitários no ano de 2013 que não foi bem sucedido, pelo que submetemos nova candidatura no ano de 2016, que, finalmente teve aprovação no ano de 2020 e como toda a gente sabe no final do ano 2020, mais concretamente no dia 21/12/2020, iniciámos finalmente, as obras. Por outro lado, consideramos que não há lugar à reversão, porque a reversão teria que ser requerida pelo proprietário, acontece que só um dos herdeiros, portanto, 1/23 avos dos herdeiros do imóvel o requereu. Perguntámos aos restantes

herdeiros, numa missiva dirigida pelo município do Fundão que, de resto foi acompanhada também por uma diligência do tribunal, para questionar se essa posição de requerer a reversão era unânime entre todos os herdeiros, o que foi respondido não ser. Nós tivemos uma avaliação inicial no ano de 2008, que foi requerida na sequência da declaração de utilidade pública, pedimos o Tribunal uma listagem de todos os peritos que estavam ligados ao tribunal para fazer uma avaliação, que fixou o valor em 760.000 euros que, posteriormente no ano de 2012 em tribunal arbitral, por iniciativa do próprio tribunal, veio a ser fixada em 1 milhão e 80 mil euros, por avaliação de 3 peritos nomeados pelo tribunal. Acontece que os herdeiros questionaram o valor, porque havia uma expectativa muito superior àquilo que poderia valer o imóvel e o município também reclamou desse valor. Ficámos até há muito pouco tempo a dirimir aquilo que seria o valor final da avaliação e essa é no fundo a última etapa do processo de expropriação. O Município chegou a acordo com 5/6 dos herdeiros para fixar o valor, desistimos do nosso recurso, para que os herdeiros desistissem também do seu. Em sede de tribunal para formalizar este acordo não compareceu esta 6ª parte e solicitou a reversão. Aquilo que nós trazemos aqui é uma proposta que defende a intenção da maioria dos herdeiros, mas sobretudo defende aquilo que foi a posição do município do Fundão, para estabelecermos este acordo para o valor final ficar em 1,080 milhões de euros, com a devida correção monetária à data daquilo que foi a avaliação pelo tribunal arbitral que estimaria um valor final com o acordo da maioria das partes em 1,200 milhões euros, sendo também certo que em 1997 houve a celebração de um contrato promessa de compra e venda entre o município do Fundão e supostamente o representante de todos os herdeiros deste imóvel que fixava o valor em 2 milhões e meio de euros. Na altura, moeda antiga cerca de 500.000 contos e, portanto, esse contrato foi assinado pelo presidente da Câmara da altura e que pressupunha fazer essa aquisição por esse montante. A proposta que temos é feita por acordo pela maioria das partes, que ele se fixe sensivelmente em metade. Disse ainda que este é um processo muito longo, tem um histórico muito grande de muitas tentativas de subversão daquilo que seria o objeto final deste imóvel e que já leva quase três décadas desde que este começou.

José Pina – Começou por dizer, para que não haja qualquer tipo de dúvidas, quanto ao interesse e importância deste equipamento para o Fundão, traduzido naquilo que será futuramente um espaço condigno e de excelência dedicado às artes, no entanto, o documento presente e os respetivos anexos têm uma linguagem muito hermética do ponto de vista jurídico e aqui temos mais um caso em que necessitaríamos de muito mais tempo para refletir sobre ele, tentando de algum modo compreender o que ali está e recorrer a outras entidades que ajudassem na interpretação do mesmo. Não sendo possível essa situação procurámos fazer uma análise daquilo que nos era aqui apresentado, trabalhar o documento, apesar do tal condicionamento forte em termos de tempo. Olhando para os argumentos apresentados pelo requerente relativamente à reversão do edifício e também pela informação produzida pela equipa técnico/jurídica ao serviço do município, modestamente encontraram algumas fragilidades. Eventualmente será erro de apreciação,

está mais pendente para aí do que outra coisa, atendendo àquilo que disse inicialmente, no entanto, não se vão abster de fazer uma análise e tentar dizer de viva-voz aquilo que pensamos acerca do assunto. Assim, quando se diz que por motivos que possam ser imputáveis, porque encontrando-se o avanço da obra condicionada à obtenção de fundos externos/comunitários, não podia o município iniciá-la sem reunir as condições necessárias para o efeito. É um argumento muito fraco, o município não avançou porque não tinha dinheiro, porque continuamos com uma dívida pesadíssima que condiciona e pesa fortemente sobre todos os fundanenses. Essa é a realidade, não era condição obrigatória para o município fazer a obra, recorrendo a fundos comunitários, e se for isso retira tudo aquilo que disse relativamente à fragilidade da sua modesta opinião, daquilo que é o argumento contra a pretensão do requerente pela reversão do edifício. Falta de tempo, alguma dificuldade face à complexidade dos documentos não lhes permite ir além do que a abstenção.

Vice Presidente – Considerou que esse é um dos um dos grandes argumentos que invocaram porque de facto nós não tinham os recursos. Noutra altura poderiam tê-los, houve até um protocolo celebrado com o Governo da República, com o Ministério da Cultura em 11 de dezembro de 2004, que previa um montante que o Ministério da Cultura tinha para garantir a aquisição e recuperação do imóvel, na altura de 3,6 milhões de euros. Posteriormente, com a entrada do Governo seguinte, pura e simplesmente desapareceu esse financiamento que assegurava esse valor para a aquisição e recuperação. No seguimento da decisão que o município tomou em 2007, de classificar de interesse municipal e imediatamente avançar com o processo de expropriação, chegou-se a trocar correspondência com o Ministério da Cultura, na altura ministra a Isabel Pires de Lima, que propôs um protocolo em tudo semelhante àquela que tinha sido celebrado em 2004 e que tinha, de facto, através do fundo próprio Ministério da Cultura, uma comparticipação de autofinanciamento do município de 1 milhão de euros, mas tinha a disponibilização de 5 milhões de euros, com vista à aquisição e recuperação, contudo também não avançou. Assim, não tínhamos as condições financeiras necessárias para iniciar a recuperação do imóvel, sem comparticipação de fundos comunitários ou sem outro tipo de ajuda e, por isso colocamos isso como uma justificação claramente evidente para não termos iniciado a obra de requalificação, mas, como referiu, nós tomaram posse imediata do imóvel, sobretudo para consolidar algumas das áreas que estavam em acelerado estado de degradação e, por isso, julga que isso justifica bem, aquilo que foi um processo bastante moroso, mas que culminará com uma vitória inequívoca de todos aqueles que, desde a primeira hora quiseram que este imóvel fosse um espaço dedicado à cultura e que fosse dos fundanenses e não fosse, porventura, um centro comercial como chegou a ser aprovado e acordado com estes município na década de 90 e que, de resto negou aquilo que foi uma proposta da Secretaria de Estado da Cultura em 1995, depois do proprietário ou representante do proprietário do imóvel ter tentado desclassificar o cineteatro Gardunha como bem cultural, exatamente com o objetivo de o transformar num projeto imobiliário, mas, de facto, teve o acordo da Câmara na altura que, no fundo negou

uma ajuda que a Secretaria de Estado da Cultura concedeu ao município do Fundão para a transferir através de protocolo, 1 milhão de euros para a aquisição e cerca de 300.000 euros para requalificação no ano de 1993. Poucos anos depois estava a celebrar com o proprietário um contrato promessa de compra e venda para adquirir por 2,5 milhões de euros através dos cofres da Câmara, contrato que nunca veio a concretizar-se, porque o protocolo não foi cumprido.

José Pina – Disse que 20 anos depois continuamos a ir ao passado e que não há aqui ninguém que se lembre de tal coisa, pelo menos não tem essa memória, de ter sido aprovado um projeto imobiliário como aqui foi dito. Assim requereu perante a mesa, que seja facultado ao grupo municipal do Partido Socialista, a aprovação do dito centro comercial. Em 1998 era vereador na câmara, as datas avançadas eram anteriores a 1998, mas não tem memória de que tenha sido aprovado algum projeto para um centro comercial, portanto, requer exatamente este tipo de documentos e não tem qualquer tipo de problema em vir aqui dizer que é verdade, na próxima reunião da Assembleia Municipal, esperando que chegue em tempo útil, para não cair no esquecimento como outros requerimentos que tem feito e por lá ficam, com meias verdades, meias informações, como é o caso do quartel da GNR de Alpedrinha em que lhe foi dado um conjunto de elementos relativamente ao índice de construção, ao tipo de janela, de pavimentos, telhas e sanitários e nem uma única menção relativa à correspondência tratada entre o município e a GNR, ainda está à espera.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 31 votos a favor e 8 abstenções.

6. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da adesão do Município do Fundão ao Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia” nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro

José Pina – Esta proposta à semelhança da próxima, numa altura destas não faz muito sentido. Estar a comprometer o que quer que seja numa situação destas de aprovação da adesão do município, ao pacto de autarcas para o clima a energia, a única coisa que admite é o título. Convida-se quem deve dar o dinheiro a aderir, parece-lhe ser assim uma espécie de pôr em bicos de pés os senhores presidentes de câmara para dizer que são importantes, tal como o são todos os autarcas. Numa altura destas um convite aos governos nacionais a assumir a responsabilidade na luta contra as alterações climáticas e a proporcionar apoio político, não tem qualquer justificação, até parece que os governos nacionais não fazem, assim, como não quer ser deselegante, não qualifica.

Presidente da Câmara – Disse ao membro José Pina que, enquanto presidente de câmara, vai tentar encontrar uma resposta para a questão que coloca porque não pode medir a importância do cargo com movimento do pacto que estamos a propor aderir, lembrando que para além do plano intermunicipal que temos para as alterações climáticas, também temos com a Associação de Municípios da Cova da Beira componentes para as alterações climáticas.

Neste caso em particular existe o princípio das pré-qualificações, estamos na entrada de um quadro comunitário e estamos também na entrada do que pode ser o programa de recuperação e resiliência (PRR), que como sabem, tem nos desafios climáticos um dos seus eixos centrais em termos de intervenção. A pré-qualificação é estruturada a partir de regulamentos e tem quase a certeza, que relativamente ao acesso a vários financiamentos a adesão ao pacto reconhecido pela União Europeia, pode ser uma pré-qualificação e, desse ponto de vista, na dúvida, agem de maneira a terem este apoio.

Colocado o documento a votação, foi aprovado por maioria com 27 votos a favor e 9 abstenções.

7. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da Adesão do Município do Fundão à Rede Internacional de Cidades “MAYORS FOR PEACE”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 26 votos a favor e 8 abstenções.

8. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação final do Regulamento do Projeto Cidade Sem Idade – CSI Fundão”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro

Luís Lourenço – Quis apenas dizer que quando este este documento veio a outra Assembleia Municipal, manifestaram reservas, nomeadamente ao processo que levou à sua implementação. Não vão aqui retomar essa discussão até por uma questão de tempo, mas mantêm as mesmas reservas.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 24 votos a favor e 10 abstenções.

9. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação do Projeto do “Regulamento do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

José Pina – Começou por perguntar qual a pressa em aprovar este regulamente nesta altura do mandato e confessou que não leu o regulamento todo. Ficou mal impressionado no artigo 8, quando diz que o município do Fundão designará o responsável pelo museu, não entende porque é que o responsável pelo museu não há-de ser objeto de um concurso. Esta é uma reserva de fundo que tem e depois tem outra reserva de fundo quando na página seguinte lemos o seguinte: **No Museu encontramos os seguintes domínios, Alínea a) – Responsável - Propor superiormente a programação das atividades do museu e o que se achar necessário para o desenvolvimento do museu, liderar a equipa do museu, tendo em vista o cumprimento dos objetivos definidos, avaliar o desempenho do município.** Assim é o

responsável do museu que avalia o desempenho do município. Acha que poderá existir uma “gralha”. Depois disso já não quis procurar mais.

Presidente da Câmara – Disse que a questão do regulamento do museu é uma peça que pode encaixar na pré-qualificação obrigatória para acesso a financiamentos no âmbito do 20/30 e no âmbito do plano estratégico recentemente aprovado, por isso no final deste mandato o trazemos, com uma nuance que também devem ter reparado que, neste caso dado os timings que podem estar aqui, já que poderá não haver sessão da assembleia até setembro, mas pode ocorrer a abertura de alguma medida específica para aquilo que é algo que não aconteceu neste quadro comunitário, que é apoio a obras e intervenções na área museológica. A questão mais concreta, gralhas à parte, não são questões substantivas e resolvem-se. Não é possível apresentar um regulamento para um museu que não seja de acordo com outros regulamentos, nomeadamente um deles tem força regulamentar que é a estrutura orgânica do município, que refere que há uma figura que é o diretor do museu, essa figura existe no regulamento que dá suporte à estrutura orgânica do município e estas questões têm que ser coerentes, a estrutura orgânica do município refere que o diretor do museu é equiparado a uma chefia de nível 3, neste momento está a acontecer que todos os chefes de área, que foram nomeados em regime de substituição, vão avançar para processo de concurso público que é aberto a toda a gente e, por isso, o diretor do museu pode ser nomeado em regime de substituição, mas tem que se lançar sempre o concurso público.

Colocado o documento a votação foi aprovado por unanimidade.

10. Apreciação e votação da Proposta - Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “2Keep – Fabrico de Produtos Metálicos”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

José Pina – Disse já não saber quantas foram as propostas que vieram aqui e nós aprovamos, mas esta intervenção é dirigida direitinha para o Senhor Presidente, já não é a primeira vez que solicitamos que nos seja fornecida uma lista de todas as operações que já aqui fizemos e que nos deem o ponto da situação do que aconteceu posteriormente. Não tem a menor ideia se as aprovações que fizeram tiveram ou não consequências e por isso para o conjunto das propostas agendadas vai acontecer a abstenção.

Guilherme Frexes – Disse que concordavam com a intervenção do membro José Pina pelo que requerem o mesmo pedido. Quanto a este ponto, a certidão das Finanças e da Segurança Social está fora de prazo e isso não acontece em mais nenhum dos outros projetos, portanto, não acredita que isto seja um problema relacionado com o COVID. Há também outra questão, os documentos, tanto o requerimento à Assembleia Municipal, como a ata da reunião de câmara referem-se a uma empresa chamada **2Keep**, mas o dono da empresa é **2Kepp**, ou seja, há uma discrepância qualquer entre o que câmara pede, o documento e o nome real da empresa.

Presidente da Câmara - Relativamente a esta intervenção salvo se houver alguma questão muito específica sobre algum dos outros 8 pontos que estão associados a investimentos no concelho, talvez não seja necessário voltar a interferir. Falou de um conjunto de investimentos, muitíssimo diversificados, que vão desde a área de turismo, à área da biotecnologia vegetal e metalomecânica de precisão e isso é importante para aquilo que é uma das nossas grandes prioridades que é a diversificação da atividade económica e o apoio àquilo que possa culminar nessa diversificação que mais não é que um investimento/investidores, também eles bastante diversificados. Estamos a falar aqui de alguns investidores internacionais, estamos a falar de outros que são investidores locais, estamos a falar de áreas tradicionais do nosso concelho, de áreas tecnológicas, com a captação de um novo centro de desenvolvimento de software também de alguma dimensão e por isso estamos efetivamente num ponto que é sempre muito relevante e a que temos que dar toda a importância em termos do que é o nosso desenvolvimento. No limiar trata-se da criação de cerca de 190 postos de trabalho e um investimento direto e posicionada no conjunto dos projetos de cerca de 17 milhões de euros. Isso é bastante relevante relativamente à nossa estratégia de captação, diversificação e repartição do valor também pelo território, porque estamos a falar também de projetos que são distribuídos por todas as subzonas que, como o concelho do Fundão, zona do Pinhal, Gardunha Sul e a Cova da Beira. Há quem diga que no interior do país é extremamente difícil qualquer captação de investimento privado, pelo que queria deixar aqui uma mensagem de grande gratidão aquilo que é a capacidade, dinamismo, a resiliência, dos nossos empresários e empreendedores, que representam cerca de 80% de todos os pedidos declaração de interesse municipal que são 66 declarações de interesse municipal, em que apenas 2 projetos não avançaram. A criação prevista de 1600 postos de trabalho, dos quais 1200 postos já foram criados, sendo que só 2 projetos não avançaram em termos daquilo que são os prazos que consideramos úteis, um que estava associado à antiga Cartel, um investimento russo, pensado para a área das confeções e outro que é o espaço conhecido por seca do bacalhau que, se situa no coração da Serra da Gardunha, que era um projeto misto também de investimento de capitais brasileiros, com uma componente turística e outra de exploração de água, porque naquele local existia uma velha licença que se procurava retomar relativamente a águas minerais. Reiterou que estamos a falar de cerca de 1600 postos de trabalho e com um investimento agregado de 160 milhões de euros, foi aquilo que resultou de 66 declarações de interesse municipal, com 1200 postos de trabalho muito diversificados já criados, sendo que 80% são investidores locais.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovada por maioria com 28 votos a favor e 7 abstenções.

11. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “Encosta do Negral, Lda - ”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovada por maioria com 27 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções

12. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “PH9.5,Lda. ”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovada por maioria com 28 votos a favor, 1 voto contra e 8 abstenções.

13. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal - Mariana Ribeiro Marques ,nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto contra e 7 abstenções

14. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Micro Life, Biofábrica de Plantas, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;----

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto contra e 7 abstenções

15. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Grunelabs – Laboratório Farmacêutico, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto contra e 7 abstenções

16. Apreciação e votação da Proposta - “ Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Quinta do Alardo – Turismo e Lazer, Lda.; nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-

17. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de interesse municipal – Labsxd Portugal, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto contra e 7 abstenções

17. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de interesse municipal – Labsxd Portugal, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto conta e 7 abstenções

Documentos para conhecimento:

18. Apreciação da Proposta – Prorrogação do Programa de resposta à Covid 19 – Medidas Excepcionais/2021

Não foi alvo de qualquer intervenção.

19. Designação de um elemento da Assembleia, como representante deste órgão, na Comissão de Acompanhamento da “Candidatura do Município da Guarda a Capital Europeia da Cultura de 2027”

O Senhor Presidente em exercício informou que tinha na Mesa um documento a propor o membro Rogério Hilário como representante do município naquela entidade (Doc. nº 11, anexo à ata).

José Pina – Reconheceu que a ideia de indicar o nome do membro Rogério Hilário foi sua, já que o mesmo é natural da Vela, concelho da Guarda e a razão substantiva que o levou a propor o nome do membro Rogério Hilário foi o facto de ele desde sempre discordar de haver uma praça na Guarda, que é a Praça da Vela, situada à entrada da cidade, com um chafariz monumental que foi roubado à Vela e, obviamente tratando-se de uma atividade que envolve cultura, espera que o membro Rogério Hilário, pugne pela sua terra e tente reverter o chafariz ao local onde foi retirado.

Rogério Hilário – Agradeceu as palavras e tem a certeza absoluta que irá fazer tudo para reverter o processo.

Presidente da Mesa – Como a proposta é subscrita por todos os grupos políticos não a vai colocar à votação, já que como é um nome pessoal significa que teria que ser por voto secreto, perguntando se algum membro da AM está contra a sua sugestão. Não sendo o caso colocou a votação a proposta pelo método tradicional, sendo aprovada por unanimidade.

Juvenal Castanheira – Disse que estava de abalada como eleito na assembleia municipal e quis agradecer ao grupo do Partido Socialista, na pessoa do Senhor Doutor José Pina o carinho com que o receberam estes anos todos junto deles. Por outro lado, quis também agradecer ao Dr. Carlos São Martinho, os mimos com que sempre o foi tratando. Uma vez que está aqui o senhor presidente da Câmara, disse que como cidadão do Souto da Casa e fundanense não pode deixar de lamentar o estado em que se encontra a praça municipal do Fundão, com um grande número de lojas a servir de armazém de ferro velho, um grande aglomerado de bancas de granito muito apertados. Num canto estão reduzidos 3 vendedores de fruta e que podiam pelo menos espalhar as pessoas pelo espaço. É uma tristeza olharmos para a Praça do Fundão, acrescentando ainda que a Câmara de vez em quando faz mercados paralelos a curta distância

da praça, não sendo do seu ponto de vista, legítimo nem correto, talvez devessem fazê-los na zona industrial, não junto da praça.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa em Exercício perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.10 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020 e sua correção”, nos termos do disposto na alínea l) do nº2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro** - Aprovada por maioria com 28 votos a favor e 11 votos contra.
3. **Apreciação e votação da Proposta – “Procedimento de Alteração por adaptação do PDM”, nos termos do disposto no nº1 do artº5º. Da Lei nº1/A2020, de 19 de março, na sua atual redação** - Aprovada por maioria com 26 votos a favor e 11 abstenções.
4. **Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da delimitação de 48 Áreas de Reabilitação Urbana no Concelho do Fundão”, nos termos do disposto na alínea r) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro** - Aprovada por unanimidade
5. **Apreciação e votação da Proposta - Processo de expropriação do Cine-Teatro Gardunha – ratificação de despacho e aprovação de informação do contencioso”, nos termos do disposto na alínea k) do nº 2 do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro** - Aprovada por maioria com 31 votos a favor e 8 abstenções.
6. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da adesão do Município do Fundão ao Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia” nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro”** - Aprovada por maioria com 27 votos a favor e 9 abstenções
7. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da Adesão do Município do Fundão à Rede Internacional de Cidades “MAYORS FOR PEACE”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro** - Aprovada por maioria com 26 votos a favor e 8 abstenções
8. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação final do Regulamento do Projeto Cidade Sem Idade – CSI Fundão”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro** - Aprovada por maioria com 24 votos a favor e 10 abstenções
9. **Apreciação e votação da Proposta - Aprovação do Projeto do “Regulamento do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro** – Aprovado por unanimidade
10. **Apreciação e votação da Proposta - Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “2Keep – Fabrico de Produtos Metálicos ”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro** - Aprovada por maioria com 23 votos a favor e 7 abstenções
11. **Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “Encosta do Negral, Lda - ”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Aprovado por maioria com 27 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções**

- 12. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal e aprovação da redução de 75 % do IMT e IMI - “PH9.5,Lda. ”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Aprovada por maioria com 28 votos a favor, 1 voto contra e 8 abstenções.**
- 13. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de Interesse Municipal e redução do Imposto Municipal - Mariana Ribeiro Marques, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto conta e 7 abstenções**
- 14. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Micro Life, Biofábrica de Plantas, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto conta e 7 abstenções**
- 15. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Grunelabs – Laboratório Farmacêutico, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto conta e 7 abstenções**
- 16. Apreciação e votação da Proposta - “ Reconhecimento de interesse municipal e aprovação da redução de 75% do IMT e IMI – Quinta do Alardo – Turismo e Lazer, Lda.; nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto conta e 7 abstenções**
- 17. Apreciação e votação da Proposta – “ Reconhecimento de interesse municipal – Labsxd Portugal, Lda.”, nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Aprovada por maioria com 29 votos a favor, um voto conta e 7 abstenções**

Aprovação por unanimidade

2021/06/25

Enviar às entidades
Referidas.

MOÇÃO PELA REQUALIFICAÇÃO DA N238

ANEXO 1

É do conhecimento da autarquia e de todos os cidadãos quantos passam diária ou esporadicamente na Estrada Nacional 238, o absoluto estado de degradação em que se encontra, com sucessivos episódios que o atestam um pouco por toda a região que atravessa.

Esta via privilegiada que serve todas as freguesias do pinhal Fundanense, saindo do perímetro urbano da cidade até à entrada do concelho de Oleiros, pelo Orvalho, e que tem passagens nas freguesias do Castelejo, Silvares ou Barroca do Zêzere, é um marco do território e uma via de comunicação essencial para a coesão territorial de toda esta zona, fazendo a difícil ligação entre as várias aldeias e lugares por entre Serra e a margem esquerda do Rio Zêzere.

As péssimas condições de segurança que se traduzem na degradação do piso, da sinalética e da área envolvente quebram uma ligação prioritária e que muito faz pelo desenvolvimento socioeconómico da região, através do transporte de mercadorias e passageiros. Para além da sua atratividade, enquanto estrada de montanha.

As reparações pontuais e de cosmética que têm sido realizadas não conseguem corresponder a um problema de fundo e que se vem arrastando ao longo dos últimos anos, deixando a via em completa deformação, prejudicando condutores e transeuntes.

É tempo, mais que suficiente, de tomarmos uma ação clara e inequívoca de arranjo e salvaguarda da Estrada Nacional 238, para o bem das nossas pessoas e empresas, para a sustentabilidade de um território cada vez mais despovoado, para o futuro do nosso concelho.

Assim, venho em nome da Junta de Freguesia de Silvares e dos empresários da Vila abaixo-assinados (em carta anexa de igual teor), reivindicar à Câmara Municipal do Fundão, com as Infraestruturas de Portugal e o Ministério das Infraestruturas, que tenham uma iniciativa célere que corresponda às necessidades da via, e principalmente do troço que atravessa o nosso concelho, que passa pela correção do traçado, colocação de um novo tapete, colocação de nova sinalética e o arranjo das suas áreas circundantes, ou seja, uma intervenção profunda.

Sendo esta Moção aprovada requer-se à assembleia Municipal que dê conhecimento da mesma à Câmara Municipal do Fundão, às Infraestruturas de Portugal e ao Ministério das Infraestruturas.

CARTA PELA REQUALIFICAÇÃO DA N238

Exmo. Ministro das Infraestruturas, Dr. Pedro Nuno Santos,

Exmo. Presidente das Infraestruturas de Portugal, Dr. António Laranjo,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Fundão Dr. Vítor Martins,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão Dr. Paulo Fernandes,

É do conhecimento da autarquia e de todos os cidadãos quantos passam diária ou esporadicamente na Estrada Nacional 238, o absoluto estado de degradação em que se encontra, com sucessivos episódios que o atestam um pouco por toda a região que atravessa.

Esta via privilegiada que serve todas as freguesias do pinhal Fundanense, saindo do perímetro urbano da cidade até à entrada do concelho de Oleiros, pelo Orvalho, e que tem passagens nas freguesias do Castelejo, Silvares ou Barroca do Zêzere, é um marco do território e uma via de comunicação essencial para a coesão territorial de toda esta zona, fazendo a difícil ligação entre as várias aldeias e lugares por entre Serra e a margem esquerda do Rio Zêzere.

As péssimas condições de segurança que se traduzem na degradação do piso, da sinalética e da área envolvente quebram uma ligação prioritária e que muito faz pelo desenvolvimento socioeconómico da região, através do transporte de mercadorias e passageiros. Para além da sua atratividade, enquanto estrada de montanha.

As reparações pontuais e de cosmética que têm sido realizadas não conseguem corresponder a um problema de fundo e que se vem arrastando ao longo dos últimos anos, deixando a via em completa deformação, prejudicando condutores e transeuntes.

É tempo, mais que suficiente, de tomarmos uma ação clara e inequívoca de arranjo e salvaguarda da Estrada Nacional 238, para o bem das nossas pessoas e empresas, para a sustentabilidade de um território cada vez mais despovoado, para o futuro do nosso concelho.

Assim, venho em nome da Junta de Freguesia de Silvares e dos empresários da Vila abaixo-assinados, reivindicar à Câmara Municipal do Fundão, com as Infraestruturas de Portugal e o Ministério das Infraestruturas, que tenham uma iniciativa célere que corresponda às necessidades da via, e principalmente do troço que atravessa o nosso concelho, que passa pela correção do traçado, colocação de um novo tapete, colocação de nova sinalética e o arranjo das suas áreas circundantes, ou seja, uma intervenção profunda.

Temos que agir já.

É tempo de fazermos e agirmos pela Zona do Pinhal do Concelho do Fundão.

Entidade	Assinatura do Representante da Entidade	Contribuinte da Entidade
Junta de Freguesia de Silves	Cláudia Pereira	506564401
Hais O Pão	Daniel Serra Braz	501494472
Transportes Serra e filhos, Lda	Silvia Nunes Serra Loureira	503313815
Carlos Manuel Gil Gonçalves	LUT	171768248
Paula Tacheco Mendes Cole	PTL	212886991
Wimj Klein Pot	Silvia Serra	234174676
Tranquilidade	Mectotacraf.	214236943
Churascaria 37 unipessoal	Natali - Gomes Gaspar	505402734
Pão Tecnia Silvesense	Maria Pócar	
Himi mecardo Amarelo	Telmo Gêlo	142753017
Barbearia Almeida		296107590

Gabinete de estética Cinthya Capelo	Cinthya Souza Capelo	253108659
Industria de Alimentos, Supermercados LDA	Sandra Tedónio	508629330
AGÊNCIA FUNERÁRIA BRAS NUNES LDA	João Nunes	506057658
Bacalho e Doces Lda	Bacalho	502602309
B. DAMASO UNP. LDA	Bruno Damasco	513890254
FARMÁCIA SILVARES	Teresa Quelhas	508039630
Sergica	Sergio Morgadinho	516897222
PD	Paulo Jorge Sousa	201651840
Pedro Morgadinho	Pedro Miguel Soares Morgadinho	234321792
MUNDOS CAFÉ-BAN	Rui do Pradouro	109 59913
Móveis e Carpintaria Morgadinho Lda.	M. Morgadinho	503 768 170
Angelo Silveira Construções	Angelo Silveira	197990819

Pedro Delgado (ENH)	Pedro Delgado f.f. Delgado	NIF. 190.077.310
Agro Sa Pousos Fernando G. Ferreira		NIF. 109.977.106
Auto Recarrega Gaspar e Filhos Lda	Gaspar	506654923
VASCOM, CABOS & TERMOMETROS Lda		200751964
Anthonio M. Tomé e Filhos Lda	Paulo Tomé	513437290
Ferreira Lda	Alfredo Gaspar	503521051
ALEXANDRINA Pinas		184087198
Paulo Vieira Lda	Bráunjo	507959868
 RESTAURANTE "A Pedra do Lagar" VALE DAS RELVAS, Nº 8 - 6230-070 SILVARES TELEF.: 275 662 305		NIF 205338653
RESTAURANTE CAFÉ DISCOTECA MARY Eugénio Tomé Calisto & Filhos, Lda Contrib. Nº 503 021 466 Vale das Relvas - 6230-070 SILVARES Telef.: 275 662 167		503021466
e-Fit studio	história Pereira	257284621
José Barreiros Sardinha & Filhos Lda	José Barreiros Sardinha	506059324

Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara
Srs. Membros da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Comunicação social
Staff de apoio à AM
Senhoras e Senhores

Esta sessão da Assembleia Municipal realiza-se já em ambiente de pré-campanha eleitoral é pois, por isso, provável que intervenções que aqui sejam hoje feitas, bem como o entendimento que delas for feito não escape a essa circunstância. Da nossa parte procuraremos que assim não seja.

Por isso, sem outras considerações, abordarei, muito rapidamente dois ou três assuntos.

Estamos ainda em junho. No início do mês, dia 9, celebrámos, os 274 anos da criação do concelho. Já, noutras plataformas e noutras condições, apresentei publicamente os meus parabéns. Não o fiz, porém, enquanto membro desta assembleia. Por isso não queria deixar de aqui agora o fazer. Mas, como também sugeri, penso que poderá estar na hora de repensar as celebrações do dia do concelho. Não agora, mas, se me permitem, deixo aqui a sugestão para algo a fazer no novo mandato. E, se me permitem também, convém não esquecer que os órgãos municipais são dois Câmara e Assembleia. Por isso nestas celebrações a Assembleia e os seus membros devem ser também atores e não apenas meros convidados.

E já agora que falamos em dia do concelho e pré-campanha eleitoral parece-me oportuno deixar aqui uma nota de algum espanto pela utilização das celebrações do dia do concelho para apresentação das ideias do líder da maioria para os próximos cinco anos. As celebrações não podem ser palco para apresentação de promessas eleitorais.

Gostaria agora de aqui trazer dois assuntos que não têm que ver com a atividade direta do município, mas aos quais este não pode ser (nem é) indiferente. O primeiro diz respeito à central de biomassa. Soubemos, pela comunicação social, que a fábrica estava parada. Soubemos também que essa paragem será devida a obras de mitigação do ruído desencadeadas na sequência da intervenção do município. Pedia, pois, ao Sr. Presidente que elucidasse esta AM acerca matéria e fizesse o ponto da situação. Por outro lado, chamo a atenção para o facto, nesta assembleia, a sua CP, conjuntamente com o

executivo, se ter constituído como comissão de acompanhamento deste assunto. Seria, pois, adequado que os seus membros tivessem informação sobre o mesmo diretamente do executivo e não através da Comunicação Social.

O segundo diz respeito às obras de implantação de uma urbanização que se estão a realizar junto ao lar da Santa Casa, a caminho da Aldeia de Joanes. Estas obras, em abono da verdade, começaram no ano passado. Aquilo que observei na altura deixou-me agradavelmente surpreendido. No terreno havia um conjunto de oliveiras razoavelmente antigas. Essas oliveiras foram transplantadas e colocadas de forma alinhada numa parte do terreno intervencionado. Disse para comigo, coisa interessante e bem pensada, merece aplauso. Espero que não se esqueçam de regar as oliveiras. Para que não sequem. Passado um ano o que é que aconteceu? Reiniciaram-se as obras e as oliveiras “foi um ar que lhes deu”. Desapareceram. Não sei o que é que, “nesta fase do campeonato” pode ser feito se é que há algo a fazer. É uma obra privada, mas, ainda assim devem existir regras que devem ser cumpridas, projetos apresentados, analisados e aprovados. Tudo isso foi cumprido? Se assim for fica aqui pelo menos o lamento e a chamada pública de atenção.

Termino com uma recomendação à Câmara de uma medida de apoio no âmbito dos apoios COVID-19, Programa para a requalificação e Instalação de esplanadas, e uma proposta de saudação da AMF pelos 100 anos da banda de Silveiras.

Fundão, 25 de junho de 2021

Intervenção na Assembleia Municipal, 25 de junho de 2021



RECOMENDAÇÃO

Há mais de um ano tive o grato prazer de receber do Professor Carvalho Rodrigues, à semelhança de outros, uma mensagem que li com extrema atenção e muita preocupação. Naturalmente não vou reproduzi-la na íntegra, mas não posso deixar de destacar um aspeto da mesma e ele perdoa-me que o faça, não tenho dúvidas.

“As epidemias são como a bomba de neutrões, da nossa Infâmia. Matam vida, a nossa vida, sem destruir infraestrutura. O neutrão da bomba é o vírus da corrente epidemia. É um atirador furtivo com arma de alta precisão, um sniper. Está sempre a ver-nos. Cabeça de fora, e, temos tiro em cima. Por isso, não estamos presos, nem confinados, estamos escondidos. Permaneçam assim. O sniper vai, ainda, estar bastante mais tempo, muito activo. E até termos arma para lhe fazer frente é como temos que estar, camuflados, escondidos. Não é cobardia, é coragem constante...”

Com o aproximar da época de férias é de prever o aumento de pessoas no nosso território e parece-nos ser oportuno e importante que o Município do Fundão possa ter atitude semelhante à de outros municípios que oferecem testes nas farmácias, gratuitos e ilimitados, à covid-19, mesmo para quem não seja residente.

Assim recomendamos à Câmara Municipal que estude e adote uma estratégia semelhante.

Esta postura justifica-se enquanto estratégia para conter a evolução da pandemia e os custos financeiros a ela associados merecem o esforço que daí advenha, pois somente assim seremos capazes de lutar contra o atirador furtivo que é o Corona vírus ou as suas variantes que espreitam as fragilidades e não deixam passar a oportunidade para nos atingir fortemente.

Por um bem maior e no contexto atual, a previsão e o aviso avançado na mensagem merecem a melhor das atenções e o melhor do nosso esforço e empenho para integrar as fileiras que combatem este inimigo.

O líder da bancada do Partido Socialista

José A. M. Pina

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores

Caros membros da Assembleia Municipal

Comunicação Social

Meus Senhores e minhas senhoras

Permitam-me uma brevíssima e emocionada referência à figura distinta do ex-Presidente da Assembleia Municipal Eng^o António Guterres, que todos nós Autarcas do seu concelho do coração, felicitamos pela merecida recondução como eminente Secretário Geral da ONU, e a quem desejamos os maiores êxitos para o exercício do segundo mandato na liderança das Nações Unidas.

Celebramos este ano 45 anos do Poder Local democrático. As primeiras eleições livres e justas para as autarquias locais foram realizadas no ano de 1976, constituíram um marco fundamental na consolidação do regime democrático.

O Poder Local hoje é reconhecido maioritariamente como um dos principais eixos de promoção do desenvolvimento em Portugal, em muito do nosso território as freguesias são o único elo de ligação ao Estado, refletindo a proximidade entre eleitos e eleitores, canalizando os interesses das comunidades locais.

Nestes últimos tempos o papel dos eleitos de freguesia ficou reforçado com duas situações em que muito ajudaram e apoiaram as suas populações: no surto pandémico de diversas formas, e variadas maneiras, principalmente na ajuda aos mais idosos e, o acompanhamento nos censos onde tiveram um papel primordial e fundamental para a sua realização

Os autarcas sempre que possível estão junto das populações, sentem o seu pulsar, regozijam-se com as suas alegrias e vitórias e entristecem-se com as suas angústias e os seus problemas.

Fui eleito com 18 anos em 1976, na freguesia de Salgueiro para a Junta de Freguesia (Por curiosidade numa lista da Frente Eleitoral Povo Unido). Passados estes anos deixo a função de autarca com profunda convicção que, com simplicidade, resiliência, sem pretensiosismos pessoais, nem sempre isento de erros e insuficiências, sempre em constante defesa dos "Povos" e o meu concelho, contribuindo para a dignificação do Poder Local

Porém, não interessa tão só celebrar o passado, por maiores que sejam as satisfações que ele nos trouxe. Importa especialmente encarar o futuro continuando a contribuir para uma vida melhor da nossa população.

Aproveito esta sessão talvez a última antes das próximas eleições autárquicas para desejar a todos os que venham a ser eleitos as maiores felicidades para esta função tão nobre de autarca.

Obrigado pela vossa atenção!

Paulo Silveira – 25 de junho de 2021

Recomendação à Câmara Municipal do Fundão

Programa para a Requalificação e Instalação de Esplanadas

Os efeitos da pandemia COVID-19 que temos sofrido desde o primeiro trimestre de 2020, têm-se feito sentir, de forma particularmente grave, entre os micro e pequenos empresários, particularmente da área de restauração e similares. Com as medidas de desconfinamento parcial que, em vários momentos ao longo de tempo, foram adotadas, muito do serviço ficou limitado a ser prestado em esplanada. Por essa razão muitos destes empresários, ao mesmo tempo que viam as suas receitas substancialmente reduzidas, viram-se obrigados a investir na criação ou na melhoria/requalificação de esplanadas.

Porque apoiar este sector é vital não só para a economia e o emprego local como para a garantia de boas condições de saúde pública e de prevenção de contágio, o Grupo Municipal da CDU recomenda à Câmara Municipal do Fundão que providencie no sentido de ser criado um programa de apoio à Requalificação e Instalação de Esplanadas.

Este programa, a integrar nas medidas de apoio no âmbito da pandemia de COVID-19, destinar-se-ia, a financiar, parcialmente e a fundo perdido, as obras e aquisição de mobiliário exterior que micro e pequenos empresários, da área da restauração e similares, se viram obrigados de efetuar e adquirir para criar ou requalificar as esplanadas, no período temporal decorrido entre março de 2020 e dezembro de 2021.

Fundão 25 de Junho de 2021

O Grupo Municipal da CDU

ANEXO 6

Movido por
utilidade.
Entra à for.
Filarmónica
Silvarensis.
2021/06/24

Saudação à Sociedade Filarmónica Silvarensis

A Sociedade Filarmónica Silvarensis é uma banda criada há 100 anos. Nascer e sobreviver numa região de tão duros trabalhos, como os da agricultura ou os de uma mina, é por si só um grande feito. Mais ainda quando, num Portugal pobre e semianalfabeto, foi uma verdadeira escola de Música, essa arte que além de nos alimentar a alma com entretenimento também exercita a inteligência, muito antes de o ensino da música ter qualquer relevância no nosso país.

Em 1921 nasceu para abrilhantar as festas e ocupar os jovens de Silvares. Nos anos 40 sobreviveu à mudança de ofício dos homens que deixaram a agricultura e passaram a ser mineiros. Nos anos 60 sobreviveu à emigração massiva e hoje sobrevive ao abandono e consequente despovoamento do nosso interior. Continua a ser uma escola e uma banda de qualidade, formada por um conjunto de homens e, agora, também de mulheres que abrilhantam festas e cerimónias com a sua música.

É, pois, justo que nesta Assembleia Municipal se preste homenagem à Sociedade Filarmónica Silvarensis, e se deseje uma longa vida a esta associação tão relevante no nosso Concelho.

Fundão, 25 de junho de 2021

Luis Junqueira



Carlos de Matos Gomes

Aprova
por
Unanimidade

2021/06/21

Voto de Louvor

O Bloco de Esquerda propõe Voto de Louvor à atleta Maria Albuquerque Roque Freitas Gonçalves, pela sua participação, a representar Portugal a nível internacional, no Campeonato da Europa de Triatlo, competição que teve lugar de 18 a 20 de junho em Kitzbühel, na Áustria.

A atleta é residente no Fundão e pertence ao Clube de Triatlo do Fundão, esta participação para o escalão de Juniores assumiu ainda uma maior relevância, uma vez que a triatleta atualmente se encontra posicionada no escalão mais jovem de Cadetes.

Salienta-se ainda o conjunto de classificações de relevo que a atleta tem atingido, dos quais se destaca: Vice-campeã nacional de triatlo em 2020 no escalão de Cadetes; Campeã Nacional de aquatlo em 2020, no escalão de cadetes; Vice-campeã nacional de triatlo em 2019, no escalão de juvenis.

Pelo supracitado considera-se fatores relevantes para se proceder ao referido Voto de Louvor.

A representante do Bloco de Esquerda
Cristina Borges Guedes



FREGUESIA DE ALCARIA

Abençoado
da
Uniãoidade

2021/06/25

ANEXO 8

Votos de Louvor à atleta Ana Margarida Carvalho Campos – Modalidade de Esgrima

A Freguesia de Alcaria propõe à Assembleia Municipal do Fundão que delibere aprovar um Voto de Louvor à Atleta Ana Margarida Carvalho Campos, pela sua participação no Campeonato do Mundo de Esgrima, que decorreram entre os dias 03 e 11 de abril de 2021, na cidade do Cairo, no Egipto.

A atleta é residente na freguesia de Alcaria, representa atualmente o Clube de Desportos de Combate do Fundão e tem obtido excelentes resultados na prática da modalidade de Esgrima. Salientamos os recentes resultados alcançados pela atleta já este mês de junho de 2021, no Campeonato Nacional de Esgrima, em que a mesma obteve o segundo lugar na classificação geral e o primeiro lugar no escalão feminino com arma de sabre na categoria de cadetes misto.

À atleta e Alcariense, Ana Margarida Carvalho Campos, a Freguesia de Alcaria expressa o mais profundo reconhecimento pelos resultados obtidos, bem como pela sua participação no Campeonato do Mundo de Esgrima, em representação da nossa nação.

Alcaria, 25 de junho de 2021.

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Hélder José Alves Marrucho dos Santos)





Intervenção na Assembleia Municipal, 25 de junho de 2021

PAOD

[cumprimentos]

...

Ao longo deste mandato autárquico que agora se aproxima do seu final foram múltiplos os requerimentos que o Grupo Municipal do Partido Socialista dirigiu, via Mesa da Assembleia, dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara.

Lamentavelmente alguns ainda não tiveram resposta, pese a obrigação legal de resposta em tempo útil, mas que ainda assim não entendemos como recusa de prestação de informação. Este é um aspeto que a digníssima Assembleia deverá ter em melhor atenção com benefício evidente da qualidade da democracia representativa e a bem do poder local autárquico.

Assinalo que alguns tiveram resposta parcelar, outros mereceram uma explicação e acompanhamento próximo como o caso do destino final das águas pluviais recolhidas ao longo da nova estrada que liga Valverde à zona industrial do Fundão, problema para o qual chamamos a atenção e que continuamos a acompanhar até ser materializada a solução encontrada e que nos foi apresentada presencialmente.

Outros requerimentos, como no caso da Central de Biomassa do Fundão, contribuíram para o processo de monitorização do funcionamento daquela unidade industrial para garantir que não seja posta em causa a saúde e bem-estar dos nossos concidadãos. Ainda que não seja um caso encerrado a nossa postura é a de acompanhamento e exigência permanente.



Ainda que de forma minoritária houve requerimentos que tiveram respostas adequadas como é o caso do projeto de regadio do Bloco da Marateca – Integrado no aproveitamento hidroagrícola da Gardunha Sul – e que, também por isso, hoje merece a nossa particular atenção pois se é importante requerer e receber informação também o é devolver o resultado da análise da mesma.

Para evitar interpretações menos apropriadas ou imerecidas começamos por declarar a nossa disponibilidade por pugnar pelo desenvolvimento sustentável do aproveitamento hidroagrícola do regadio do Bloco da Marateca.

Excelentíssima Assembleia

Tal como noutros projetos de regadio, aceita-se que o impacto no desenvolvimento económico e social no território possa vir a ser uma mais-valia, mas tal não pode impedir uma atitude crítica sobre o mesmo ou sobre a sua real importância e permitimo-nos fazer um primeiro apontamento sobre o projeto, tendo como suporte a leitura da informação que nos foi facultada.

Num cenário pré-anunciado de alterações climáticas prevê-se uma diminuição de precipitação, logo de menos disponibilidade hídrica, o regadio poderá contribuir para se atingirem os objetivos enunciados da descarbonização da economia, caso se recorra à utilização de energia fotovoltaica, como preconizado para garantir o abastecimento das estações elevatórias que terão de existir para levar a água da cota 380 da albufeira da Marateca às cotas superiores a que se encontra a área do regadio. Esta solução, em abstrato, parece positiva.

Como será de esperar uma mudança das práticas culturais de sequeiro para regadio implicará a existência de maior quantidade de água nos terrenos de aptidão agrícola, mas há que ter em consideração que deste modo ficará facilitada a entrada de contaminantes nas linhas de água subterrâneas diminuindo assim a sua qualidade. Importa, assim, que ter em atenção o tipo de cultivares e as práticas.

Nesta primeira fase o bloco do regadio da Marateca abrange uma área de 1982,5 hectares, valor de regadio de dimensão já considerável e como tal impactante do ponto de vista ambiental. De acordo com o Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro do Ministério da Agricultura projetos de desenvolvimento agrícola que incluam infraestruturação de rega e drenagem implicam Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) sempre que se ultrapassem os 2000 hectares, ora os 1982,5 hectares previstos não implicam a realização de AIA.

Assim, deixamos esta nossa reflexão e acrescentamos algumas sugestões/questões que, em nosso entender merecem atenção para melhorar o futuro projeto:

- Solicitar uma avaliação de impacto ambiental, ainda que não obrigatória perante a lei.
- Assegurar a monitorização de forma permanente a qualidade da água da barragem da Marateca.
- Acautelar e acompanhar as práticas agrícolas exigindo para as mesmas standards elevados.
- Disponibilizar, desde já, um plano de controlo do horário de rega.
- Rever a potência da central fotovoltaica prevista de modo a garantir mais energia e mais suporte financeiro para o projeto.
- Estimar de forma mais realista os custos de manutenção e exploração do equipamento/maquinaria.

O líder da bancada do Partido Socialista
José A. M. Pina

Prestação de Contas

Os documentos que nos apresentam para aprovação são extensos. E o tempo para a sua leitura atenta, tendo em atenção toda a OT desta Assembleia é escasso. Por isso a nossa apreciação não poderá ser exaustiva. Por isso deixo aqui as três questões essenciais.

Em primeiro lugar, e esta afirmação é recorrente, a atividade municipal foi condicionada pela grave situação financeira a que foi necessário dar resposta em anos anteriores, mas que se reflete em 2020 e que é da responsabilidade exclusiva da maioria que gere a autarquia.

Depois não podemos esquecer que o ano 2020 foi, em virtude da pandemia um ano difícil. Mas ainda assim esperava-se mais e melhor. Aquilo que se destaca pela negativa, particularmente quando estamos numa situação financeira difícil, é a significativa diminuição da capacidade do município de captar receita, particularmente de transferências de capital.

E aqui não vale a pena argumentar com a pandemia pois os efeitos contabilizados não têm dimensão comparável com a diminuição de receitas.

Em segundo lugar, se a redução do endividamento (de 8,6% diz o documento, as minhas contas dizem 7,5%) pode ser um bom sinal, não o suficiente para nos deixar descansado. Ainda temos um longo caminho a percorrer (7 anos) para o município atingir o limite de endividamento a que está legalmente obrigado. Até lá continuamos em incumprimento

Em terceiro lugar, quanto à execução do Plano Plurianual de Investimento e deixando de lado considerações sobre as opções tomadas, discutidas noutra âmbito, o que melhor se pode dizer é que é sofrível. O tempo não é para encontrar motivações para as opções, mas registam-se rubricas com execução de 0%. O que é que determinou as opções?

Resumindo, temos perante nós uma execução a que damos nota de insuficiente.

Fundão, 25 de junho de 2021

PROPOSTA

Designação de elemento da Assembleia, como representante deste órgão, na Comissão de Acompanhamento da "Candidatura do Município da Guarda a Capital Europeia da Cultura de 2027"

A Assembleia Municipal do Fundão vem, nos termos do ponto 19 da ordem de trabalhos, indicar como representante deste órgão, na Comissão de Acompanhamento da "Candidatura do Município da Guarda a Capital Europeia da Cultura de 2027", o membro Rogério Manuel dos Santos Hilário.

Fundão, 25 de Junho de 2021.

A Assembleia Municipal do Fundão

João Carlos Lourenço Leitão
Pedro dos Santos
Mário dos Santos

Am
A. H. S.

João Alexandre dos Santos
João dos Santos
Abel